

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG - MS

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Campo Grande - 2013

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG - MS

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

SUREG - MS

Campo Grande - 2013

Sumário

Lista de Siglas.....	4
Lista de Quadros e Figuras.....	7
Introdução.....	8
Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício	9
Transferências mediante Convênio.....	9
1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....	10
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	10
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	12
1.2.1 – Planejamento Estratégico.....	12
1.2.1 – Planejamento Estratégico.....	12
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos.....	13
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos.....	13
2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....	15
2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	15
2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	16
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	21
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	21
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	25
3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	25
3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	25
3.2.2. Contratos de Opção de Venda.....	25
3.2.2. Contratos de Opção de Venda.....	25
3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra).....	25
3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra).....	25
3.2.4. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO.....	25
3.2.4. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO.....	25
3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	26
3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	26
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	30
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	31
4.1. Análise das principais ações ligadas à Venda.....	31
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	31
4.2.1. Venda em Leilão Público.....	31
4.2.1. Venda em Leilão Público.....	31
4.2.2. Venda em Balcão.....	32
4.2.2. Venda em Balcão.....	32
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....	32
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....	32
4.2.4. Doação de Alimentos.....	33
4.2.4. Doação de Alimentos.....	33
4.2.4.1. Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional - MDS.....	33
4.2.4.2. Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social - PAA.....	35
4.3. Principais indicadores de desempenho.....	35
6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	36
7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação.....	39

8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....	51
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	51
9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....	52
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	52
10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....	53
10.1.1 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras da cultura da cana-de-açúcar	57
10.1.1 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras da cultura da cana-de-açúcar	57
10.2 - Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos.....	58
11. GESTÃO DE PESSOAS.....	60
11.1. Alocação de Servidores.....	60
11.2. Comunicação na Instituição.....	60
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	61
11.5. Informações sobre Recursos Humanos da Conab.....	62
11.5.1 – Perspectivas de Aposentadoria.....	66
11.5.1 – Perspectivas de Aposentadoria.....	66
115.2 – Recomposição do Quadro de Pessoal.....	66
115.2 – Recomposição do Quadro de Pessoal.....	66
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	67
11.7 - Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS.....	68
Quadro 11.13 - Identificação da Unidade - CIBRIUS.....	68
Quadro 11.13 - Identificação da Unidade - CIBRIUS.....	68
12 - PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....	72
12.1 - Programas e Ações do PPA.....	72
12.2 - Restos a Pagar.....	79
12.5 - Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas.....	79
12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	79
13. GOVERNANÇA E CONTROLES	81
13.1. Controle Interno da UJ	81
13.4 – Resultados e Conclusões.....	82
ANEXO I	83
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	83
ANEXO II – Obras, Serviços e Aquisições Prioritárias para Rede Própria de Armazéns.....	102
ANEXO III – Obras Realizadas nas Unidades Armazenadoras.....	103
ANEXO III – Quadro X – Obras Realizadas nas Unidades Armazenadoras (continuação)....	104
ANEXO IV - Plano de Investimentos nas Unidades Armazenadoras.....	105
ANEXO IV - Plano de Investimentos nas Unidades Armazenadoras (continuação).....	106

Lista de Siglas

Sigla	Significado
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AGF	Aquisição do Governo Federal
ATR	Açúcar Total Recuperável
AUDIN	Auditoria Interna
BACEN	Banco Central do Brasil
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e desempregados
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASAS	Centrais de Abastecimento
CGU	Controladoria Geral da União
CIBRIUS	Instituto CONAB de Seguridade Social
COEP	Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local
CPR	Cédula de Produto Rural
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DERAL/PR	Departamento de Economia Rural do Paraná
DEST	Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais
DIPAI	Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIRAB	Diretoria de Operações e Abastecimento
DIRAD	Diretoria Administrativa
DOU	Diário Oficial da União
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEARE	Gerência de Avaliação de Resultados
GEASA	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
GEBEM	Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
GECAD	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAF	Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar
GECAP	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
GECON	Gerência de Contabilidade
GEDES	Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
GEFAD	Gerência de Finanças e Administração
GEFIS	Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais
GEFOC	Gerência de Formação e Controle de Estoques
GEFOP	Gerência de Folha de Pagamento
GEINT	Gerência de Informações Técnicas
GEOPE	Gerência de Operações
GEOSAFRAS	Sistema que tem como finalidade estimar, por meio de uma rede multi-institucional, áreas cultivadas e produtividade agrícola com uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS - Global Positioning System e SIG - Sistema de Informações Geográficas)
GEPOR	Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária
GERAP	Gerência da Rede de Armazéns Próprios
GESAS	Gerência de Serviço de Assistência à Saúde
GESUP	Gerência de Supervisão Técnico-Operacional
GEVEP	Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração Nacional
MOC	Manual de Operações Conab
MPS	Ministério da Previdência Social
NOC	Normas da Organização Conab
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PEP	Prêmio do Escoamento do Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produto
PESOJA	Prêmio Equalizador da Soja
PGPAF	Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Programa Plano Plurianual
PROGE	Procuradoria Geral
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROP	Prêmio de Risco de Opção Privada
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SEAPE	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
SECOF	Setor Contábil e Financeiro
SEDEC	Secretaria Nacional de Defesa Civil
SEDEC	Secretaria Nacional de defesa Civil
SEDEM	Setor de Desenvolvimento Empresarial
SEOPE	Setor de Operações de Estoques
SEPAB	Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas Públicas para Igualdade Racial
SEREH	Setor de Recursos Humanos
SESAN	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SETAD	Setor Administrativo
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema de Administração de Pessoal
SIGABRASIL	Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIMEPAR	Sistema Meteorológico do Paraná
SINAC	Sistema Nacional de Comercialização
SIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
SUARM	Superintendência de Armazenamento e Movimentação de Estoques

SUCON	Superintendência de Contabilidade
SUFIS	Superintendência de Fiscalização de Estoques
SUGOF	Superintendência de Gestão da Oferta
SUINF	Superintendência de Informações do Agronegócio
SUMAJ	Superintendência de Matéria Judicial
SUMOC	Superintendência de Modernização e Capacitação
SUOPE	Superintendência de Operações Comerciais
SUPAB	Superintendência de Abastecimento Social
SUPAF	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar
SUPOR	Superintendência de Orçamento e Avaliação
SUREG	Superintendência Regional
SUREG-MS	Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul
SUREH	Superintendência de Recursos Humanos
SUTIM	Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
SUTIN	Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
TCU	Tribunal de Contas da União
UA	Unidade Armazenadora
UF	Unidade da Federação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
VEP	Valor do Escoamento do Produto
X-FAC	Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos

Lista de Quadros e Figuras

Quadro	Descrição	Página
1.1	Identificação da Unidade	11
2.1	Empresas que prestam Serviços Análogos aos da Conab - Armazenagem	18
2.2	Principais Empresas Classificadoras de Produtos Agrícolas	18
2.3	Serviços que Geram Receitas Próprias	18
2.4	Demonstrativo dos Principais Clientes do setor privado - comercialização	19
2.5	Demonstrativo dos Principais Clientes do setor privado - armazenagem	19
2.6	Demonstrativo dos Principais Clientes do setor privado – UA/produto	20
2.7	Demonstrativo dos Principais Clientes do setor público	20
3.1	Demonstrativo de Aquisições por meio da CPR Doação	27
3.2	Demonstrativo das Dez maiores Operações na modalidade CPR Doação	28
3.3	Demonstrativo de Aquisições na modalidade CPR Estoque	28
3.4	Quantidade de recursos dispendidos por instrumento	29
3.5	Percentual de projetos do PAA com valores elevados	30
3.6	Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA	30
3.7	Percentual de municípios atendidos X total de municípios em MS	30
4.1	Venda de Produtos oriundos de AGF	31
4.2	Venda de Produtos oriundos de Contrato de Opção	31
4.3	Demonstrativo de Venda em Leilão Público	31
4.4	Demonstrativo das Dez Maiores operações de Venda em Leilão Público	32
4.5	Demonstrativo dos Segmentos Atendidos com a Doação de Alimentos	33
4.6	Demonstrativo de Aquisição e Distribuição de Gêneros Alimentícios	34
4.7	Demonstrativo de Distribuição de Alimentos	34
4.8	Demonstrativo de Atendimento aos beneficiários	34
4.9	Demonstrativo das Doações	35
4.10	Demonstrativo das Entidades Beneficiárias	35
6.1	Demonstrativo de Faturamento das Unidades Armazenadoras - UAs	36
6.2	Movimentação de Estoque Físico-financeiro das Unidades Armazenadoras - UAs	37
6.3	Demonstrativo de Faturamento com o Serviço de Armazenagem	37
6.4	Demonstrativo de Eficiência Operacional	38
7.1	Unidades Armazenadoras da Conab no Mato Grosso do Sul	39
7.2	Demonstrativo de Estoque dos Produtos Armazenados	41
7.3	Estoques Públicos em Armazéns Contratados	41
7.4	Demonstrativo de Capacidade Estática X Demanda	42
7.5	Quantitativo de Produtos Fiscalizados (em t)	43
7.6	Despesas Realizadas com a Fiscalização dos Estoques	43
7.7	Quadro de Fiscais em Atividade	43
7.8	Demonstrativos de Perdas de produtos	44
7.9	Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras	45
7.10	Percentual de Armazéns Cadastrados	47
7.11	Custo por Unidade Cadastrada	47
7.12	Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro	48
7.13	Percentual de Fiscalizações Realizadas	48
7.14	Custo por Fiscalização Realizada	49
7.15	Percentual de Fiscalização de Estoques Públicos	49
7.16	Índice de Perdas em Armazenagem	50
10.1	Comparativo de Área e Produção de Grãos em MS	56
10.2	Percentual de Pesquisas de Safras	57
10.3	Comparativo de área, produtividade e produção – Safras 10/11 e 11/12	58
10.4	Produção de Açúcar e Alcool	58
11.1	Treinamento por Área de Conhecimento	61
11.2	Força de Trabalho da UJ – por situação funcional	62
11.3	Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ	62
11.4	Composição do Quadro de Estagiários	63
11.5	Demonstrativo de Custos de Pessoal	63
11.6	Demonstrativo de Servidores da UJ por nível de escolaridade	64
11.7	Demonstrativo de Servidores da UJ por faixa etária	64

11.8	Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ	65
11.9	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de mão-de-obra	65
11.10	Contratos de Prestação de Serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	65
11.11	Admissões, Demissões, Concessão de aposentadoria e Pensão	66
11.12	Indicadores Gerenciais de RH	67
11.13	Identificação da Unidade - CIBRIUS	68
12.1	Ações Orçamentárias da UJ	72
12.2	Execução Orçamentária do Programa Auxílio-alimentação	73
12.3	Indicador de Demanda de Capacitação	73
12.4	Custo por Empregado Capacitado	74
12.5	Execução Financeira por Empregado Capacitado	74
12.6	Demonstrativo de Atendimento SAS	75
12.7	Custo por Atendimento SAS	75
12.8	Execução Financeira SAS	76
12.9	Demonstrativo de Atendimento do Auxílio-transporte	76
12.10	Demonstrativo de Custo por Atendimento do Auxílio-transporte	77
12.11	Demonstrativo de Execução Financeira do Auxílio-transporte	77
12.12	Ações de outros órgãos executadas pela UJ	78
12.13	Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	79
12.14	Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	79
12.15	Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	80
13.1	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	81
Figura	Descrição	
1	Evolução das aquisições na modalidade CPR Doação	29

Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Mato Grosso do Sul, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela Sureg-MS para o exercício de 2012, decorreram da escassez de recursos humanos, assim como dos limites orçamentários e para despesas com diárias e passagens, fatores recorrentes tal como em exercícios anteriores.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e artigo 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa.

Relatório de Gestão 2012		
Item da DN 119/12	Descrição	Justificativa
1. Informações Básicas		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
3. Sustentação de Renda		
3.2	Contrato de Opção	Não houve operação nesta modalidade no ano-base 2012
4. Promoção do Abastecimento		
4.2	Prêmio para o escoamento de Produto – PEP (venda)	A Conab não realiza operações de PEP para venda de produtos (macrossistemas desatualizados no site)
5. Articulação e Organização do Abastecimento		
5.1	Prohort – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro	Não compõe o portfólio de atividades da UJ
6. Prestação de Serviços		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentado somente no Relatório da Matriz.
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	Não compõe o portfólio de atividades da UJ
11. Gestão de Pessoas		
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil		
12.3	Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz.
12.4	Transferências mediante Convênio	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz.
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz.

12.8	Parecer de auditoria independente	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz.
13. Governança e Controles		
13.2	Informações sobre as providências para atender à deliberações dos órgãos de controle interno e externo CGU e TCU.	Não houve recomendações dos órgãos CGU e TCU à Unidade Jurisdicionada.
13.3	Informações de como está estruturada a área de auditoria interna	Não compõe o portfólio de atividades da UJ

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Informações gerais sobre a UJ

Quadro 1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA		Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento		
Denominação abreviada: Conab		
Código SIORG: 087348	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 135192
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública		CNPJ: 26.461.699/0001-80
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato: (67)3383-1666 / (67)3384-1343 / (67) 3382-1502		
Endereço Eletrônico: ms.sureg@conab.gov.br		
Página da Internet: www.conab.gov.br		
Endereço Postal: Av. Mato Grosso, n.º 1022, Campo Grande/MS, CEP:79002-232		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Constituída nos termos do art. 19 da Lei n.º 8.029 de 12.04.90, regulamentada pelo Decreto n.º 99.944 de 26.12.90, última alteração Decreto n.º 2.390 de 19.11.97		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991		
Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000		
Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001		
Estatuto Social / Regimento Interno Processos Internos		
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Operações da Conab-MOC / Normas de Organização-NOC		
Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI: 135192	Nome: Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul	Título Resumido: Sureg
135194	Unidade Armazenadora de Campo Grande	
135195	Unidade Armazenadora de Dourados	
135196	Unidade Armazenadora de Cassilândia	
135197	Unidade Armazenadora de Maracajú	
135199	Unidade Armazenadora de Rio Brillhante	
135200	Unidade Armazenadora de São Gabriel do Oeste	
135201	Unidade Armazenadora de Sidrolândia	
135402	Estoque Estratégico	
135193	Estoque Regulador MS – PGPM	
135432	Mercado de Opções MS	
135551	Programa de Aquisição de Alimentos – PAA MS	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI: 22211	Nome: Companhia Nacional de Abastecimento	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora: 135192		Código SIAFI da Gestão 22211

Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis
Superintendência Regional - MS
Superintendente: Antônio Benedito Dotta (01/01/2012 a 31/12/2012)
Gerentes de Área
GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO – GEDES
Gerente: Fernando Zeferino (01/01/2012 a 31/07/2012)
Gerente: Alfredo Sérgio Rios (01/08/2012 a 31/12/2012)
GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD
Gerente: Jane Miguel de Paula (01/01/2012 a 31/12/2012)
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES - GEOPE
Gerente: Nilson Azevedo Marques (01/01/2012 a 31/12/2012)
Gerentes das Unidades Armazenadoras
UA CAMPO GRANDE/MS
Gerente: Aguinaldo Moraes Dias (01/01/2012 a 31/12/2012)
UA CASSILÂNDIA/MS
Gerente: Elsemir Paulino Prado (01/01/2012 a 31/12/2012)
UA CHAPADÃO DO SUL/MS
Gerente: Edson Yui (01/01/2012 a 01/07/2012)
Gerente: Mário Adriano Silva Moreira (02/07/2012 a 31/12/2012)
UA DOURADOS/MS
Gerente: Humberto A de Oliveira (01/01/2012 a 31/12/2012)
UA MARACAJU/MS
Gerente: Elvis Rodrigues de Lima (01/01/2012 a 31/12/2012)
UA RIO BRILHANTE/MS
Gerente: Gilson Tezza (01/01/2012 a 31/12/2012)
UA SÃO GABRIEL D'OESTE/MS
Gerente: Cláudio Pitchenin (01/01/2012 a 31/12/2012)
UA SIDROLÂNDIA/MS
Gerente: Ubaldo Ademar R. Souto (01/01/2012 a 31/12/2012)

1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos

1.2.1 – Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia. Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2008), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.^a Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos

Os mapeamentos dos macroprocessos da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, permitem uma visão lógica e estruturada do funcionamento interno da organização, com definição das entradas e saídas de cada macroprocesso e de seus relacionamentos entre o público-alvo dos produtos e serviços da Companhia.

Seguindo a mesma linha do Planejamento Estratégico, a concepção, o acompanhamento e controle ficam a cargo da Matriz da Conab, cabendo as Superintendências Regionais a execução dos macroprocessos.

Devido ao aumento de ações e atividades da empresa com um todo, observamos como extremamente necessário que os macroprocessos da Companhia passem, imediatamente, por uma revisão, visto que estes foram concebidos em 2004 e não foram mais atualizados.

Macroprocesso de Sustentação de Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor.

Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola estadual para melhor subsidiar as intervenções.

Para tanto, foram utilizados no Estado as subvenções voltadas aos produtores extrativistas (PGPM-Bio) e, principalmente, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

O principal público-alvo deste macroprocesso são os produtores rurais e suas associações e cooperativas.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9b925ccef30179a929a8e60c1ca468a..pdf>

Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica (VEP ou PEP), objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/3cc58c3d7116d2eab5cc03f3a268e08b..pdf>

Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort.

No ano de 2012, não houve ocorrência na Sureg-MS desta atividade ou ação relacionada a este macroprocesso.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/61e2ac3b4647a5238a4e45258d6a2d4f..pdf>

Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

Este macroprocesso relaciona-se de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos.

A Sureg/MS não registrou em 2012, nenhum tipo de parceria firmada com outros órgãos. Nossas demandas neste macroprocesso limitaram-se a atender (no âmbito de nossa jurisdição estadual e conforme demanda enviada da Matriz) as parcerias firmadas entre a Conab Nacional com outros ministérios ou órgãos.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/911fb5bec2ab890e01ef8e89fc71e280..pdf>

Macroprocesso de Prestação de Serviços

Elenca-se os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas. Neste macroprocesso, a Regional do Mato Grosso do Sul atuou na prestação de serviços de armazenagem, cadastramento de armazéns e cadastro Sicaf.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9019b7528a181936db7e88696e7ddedf..pdf>

Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

Trata-se de um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/5cdbedf2a41f1f6ffbd0cea69f1d0f0f..pdf>

Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

Destaca-se como o principal macroprocesso de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

A Sureg/MS participou deste macroprocesso, em 2012, principalmente através dos levantamentos de safra de grãos e de cana-de-açúcar, e na confecção de conjunturas agropecuárias.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/76e2b5416fca06120e5a75ec9a4558b0..pdf>

2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

A atuação da Conab na formulação e execução das políticas agrícolas e de abastecimento, ocorrem em momentos distintos do processo econômico: produção, comercialização e consumo.

Sendo a agricultura uma atividade econômica essencialmente frágil, tendo em vista a exposição de riscos de preços e outras adversidades e ainda a sazonalidade climática, daí a necessidade de formulação de uma adequada política agrícola, adotando um portfólio de intervenção no aspecto de crédito, sustentação de preços e formação de estoques.

Para tanto, vários instrumentos de intervenção estão a disposição da cadeia produtiva (AGF – PEP – PEPRO – Contrato de Opção – VEP), os quais propiciam menor intervenção do governo no mercado e maior flexibilidade à política de garantia de preços mínimos – PGPM, consequentemente maximização dos recursos, evitando a estatização da comercialização.

Neste contexto, cabe basicamente à Sureg/MS, acompanhar o comportamento do mercado e sugerir as ações de intervenções necessárias tempestivamente às diretorias as quais estão subordinadas.

No exercício 2012 não houve necessidade de grandes intervenções na comercialização, tanto para formação de estoques, como para subvenção na sustentação de preços com a promoção de escoamento de produção do MS para centros consumidores, operação está assumida pela cadeia produtiva, ou seja, os mercados interno e externo, porém houve necessidade de disponibilizar estoques estratégicos (safra anteriores) no sentido de abastecer o mercado, através de vendas e remoções.

O planejamento de atuações visando os próximos exercícios, ficam atrelados aos orçamentos a serem aprovados, aos normativos e as deliberações da diretoria executiva da Conab. À Sureg/MS cabe operacionalizar o que for deliberado.

Vale lembrar que a gestão dos momentos organizadores do setor produtivo junto a Administração, são fundamentais para a intervenção do governo na cadeia produtiva quando se faz necessário, uma vez que os recursos geralmente são insuficiente e as diferenças dos pesos políticos entre os entes federativos são evidentes, ficando muito difícil o planejamento específico.

No exercício de 2012, a contratação de serviços no âmbito da PGPM, restringiram-se ao pagamento de armazenagem de pequeno estoque de milho remanescente dos anos anteriores.

Para os próximos exercícios procuramos manter o cadastro de armazéns atualizados com o maior número de armazéns credenciados, para o caso de haver necessidade futura de AGF e contrato de opção.

O Programa de Aquisição de Alimentos tem se mostrado de grande relevância pois vem demandando, devido ao acréscimo do número de projetos, um maior desempenho da Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, para atender os objetivos do Plano Brasil Sem Miséria que é o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios

O Estado de Mato Grosso do Sul, caracterizado economicamente pela predominância agropecuária, desempenha um papel importante no cenário nacional, com um dos maiores rebanho bovino de corte do país e ocupando a 5ª colocação nacional em produção de grãos. O setor sucoenergético está em pleno desenvolvimento com um crescimento constante do número de usinas que passam a operar anualmente e a expansão das capacidades das já existentes, colocam o

estado em lugar de destaque nacional.

Com um consumo interno bem aquém da produção agropecuária, o Mato Grosso do Sul exporta a maior parte de sua produção. Mesmo ainda incipiente, a sua produção tem atraído indústrias que agregam valores aos principais produtos produzidos no estado. Nesse cenário, a Conab está inserida diretamente com acompanhamento da safra, acompanhado da logística, tanto de transporte como de armazenagem e principalmente na sustentação de preços para o produtor através das intervenções governamentais onde garante os preços mínimos favorecendo o escoamento da safra ou no abastecimento de pequenos e médios produtores disponibilizando os seus estoques e regulando o mercado quando os preços estão acima dos preços mínimos. Essa intervenção ocorre através da venda balcão e dos leilões públicos.

Ainda na comercialização, a Conab, através da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM dispõe de programas como AGF, PEPRO, PEP que são utilizados quando os preços de mercados dos produtos agrícolas que constam na lista de garantia estão abaixo dos preços mínimos. No ano de 2012 não houve operações de aquisição de produto pois os preços de mercado foram superiores aos preços mínimos.

No Estado do Mato Grosso do Sul, a Conab detém 08(oito) unidades armazenadoras com capacidade estática para o armazenamento a granel de 169.500 toneladas e de 17.300 toneladas convencional(ensacado), representando 2.42% da capacidade armazenadora cadastrada do Estado.

A Sureg-MS, tem armazenado nos últimos anos principalmente para o governo federal, produtos oriundos da Política de Garantia dos Preços Mínimos - PGPM. O ano de 2012, com os preços de mercados superiores aos preços mínimos, houve um percentual superior a 50% de compra antecipada da safra pelas grandes empresas. Esse fato, aliado aos altos preços da prestação de serviços na área de armazenagem praticados pela Conab fizeram com que os produtores optassem por armazéns particulares que, além de praticarem preços inferiores não cobram taxas de processamento e armazenamento se adquirirem o produto.

A Sureg/MS também atua na fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural. A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário. O Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento- MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor. No ano de 2012 a Conab/Sureg-MS, realizou fiscalizações do Seguro Rural em duas etapas, nos meses de Setembro e Novembro.

O cadastramento de Armazéns, que é da responsabilidade da Conab, é feito sempre que solicitado pelo armazenador ou é feito o cadastramento geral a cada três anos, no ano de 2012, aconteceram poucos cadastramentos no MS em virtude de ter havido o cadastramento geral em 2010.

Na área de segurança alimentar, a Conab através de sua superintendência vem atuando na distribuição de um universo de 19.881 cestas de alimentos, destinadas ao atendimento de famílias de grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional como indígenas, acampados quilombolas e comunidades de terreiros, número este que nos coloca como a 5ª SUREG do país, no atendimento ao público definido pelo MDS. O Estado de Mato Grosso do Sul possui a 2ª maior população indígena da país, daí o grande número de cestas de alimentos destinadas ao atendimento daquele segmento.

Por ser Órgão Público Federal, a CONAB, através da Superintendência Regional do Mato Grosso do Sul, faz parte das unidades que estão aptas a efetuarem o cadastramento de fornecedores no SICAF. Em face do atendimento realizado ao público, contamos com um número considerável de empresas cadastradas e ativas no sistema totalizando 497 Pessoas Físicas e 209 Pessoas Jurídicas.

2.2.1 - Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

Quadro 2. 1 - Empresas que prestam Serviços Análogos aos da Conab - Armazenagem

UF	Nome do Agente Armazenador	CNPJ	Capacidade (ton)
MS	SOCIEDADE AGROINDL E EXPORTADORA BATAQUASSU S.A	80577604000215	131.184
	CARGILL AGRÍCOLA S/A	60498706028752	123.944
	COPASUL-COOP AGRIC SUL MATOGROSSENSE	03902129000779	114.051
	BUNGE ALIMENTOS S/A	84046101001750	102.340
	ALIMENTOS DALLAS INDUSTRIAL E COMERCIO LTDA	03938789000386	98.340
	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR	77752293009063	96.047
	SEARA ALIMENTOS S/A	02914460008640	94.297
	ADM DO BRASIL LTDA	02003402000922	92.810
	BUNGE ALIMENTOS S/A	84046101001912	91.840
	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO P.A ITAMARATI II - AAFI	07932357000157	85.254

Fonte: Sureg/MS

Quadro 2. 2 - Principais Empresas Classificadoras de Produtos Agrícolas

UF	Nome Da empresa classificadora	CNPJ
MS	IAGRO Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal	03980919/0001-87
	PROQUALITY Serviços Ltda	05458380/0003-98

Fonte: Sureg/MS

Quadro 2. 3 - Serviços que Geram Receitas Próprias

Serviço	MS	Conab/Nacional
Armazenagem de Produtos Agrícolas	872.445,63	18.148.342,25
Leilão de Terceiros (público)	-	21.721,07
Leilão de Terceiros (privado)	-	1.265,87
Classificação de Produtos	-	21,40
Total de Serviços	872.445,63	18.171.350,59

Fonte: Siafi e Suope/Gerop

2.2.2 - Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado

a) Clientes do setor privado – comercialização

Quadro 2.4 - Demonstrativo dos Principais Clientes do setor privado

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade (ton)	Total da Operação(R\$)
1º	Coasgo – Coop.Agrop.de São Gabriel do Oeste	Milho	5.660.000	2.209.321,00
2º	Alimento Dallas Ind. e Comercio Ltda	Trigo	719.959	421.293,34
3º	Kasulke Agroind.e Comercio Ltda	Milho	740.000	295.740,00
4º	Coop.Agroind.Lar	Milho	620.000	245.936,00
5º	BRF Brasil Foods S/A	Milho	660.000	239.680,00
6º	Adames Ind.Com.de Rações Ltda	Milho	600.000	230.100,00
7º	Agrop.Vista Alegre Ltda	Milho	400.000	152.800,00
8º	Juba Cotton Ltda	Feijão	244.210	141.251,06
9º	D.Ana Distribuidora de Alimentos Ltda	Feijão	166.235	126.937,05
10º	ACM Transportes Ltda	Feijão	129.881	118.101,30
Total			9.940.285	4.181.159,75

Fonte: Sureg/Secom

b) Clientes do setor privado – armazenagem /volume

Quadro 2.5 - Demonstrativo dos Principais Clientes do setor privado

UF	CGC	Razão Social	2012	
			Peso Movimentado (kg)	Valor Movimentado (R\$)
MS	02957104000629	CORRECTA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	4.563.807,000	2.719.452,26
MS	10966405000302	GENÉTICA ADITIVA AGROPECUÁRIA LTDA	3.786.980,000	1.438.294,20
TOTAL Mato Grosso do Sul			8.350.787,000	4.157.746,46
TOTAL Nacional			526.695.611,349	612.98.250,10

OBS: Consideramos como principais clientes os depositantes que movimentaram mais de 1.000 toneladas em 2012.

Fonte: Suarm/Gearm

c) Clientes de Armazenagem do setor privado por Unidade Armazenadora/produto

Quadro 2.6 - Demonstrativo dos Principais Clientes do setor privado

Unidade Armazenadora	CNPJ/CPF	Cliente	Produto	Quantidade(kg)
Campo Grande	01.838.723/0066-72	BRS BRASIL FOODs	milho	460.000
Cassilândia – MS	647.895.358-00	Hélio Wilson Rapassi	milho	176.560
Dourados	068.446.581-49	Alcino Dias Campos	milho	2.460.660
	281.327.850-53	Celso Evilázio Berres	milho	597.310
	086.847.188-79	Ney Ricieri Ferezin	milho	685.580
	03.938.789/0003-86	Alimentos Dallas Ind. E Com Ltda	Trigo	559.959
	02.957.104/0006-29	Correcta Ind. E Comercio Ltda	Trigo	3.411.710
Maracaju	225.463.080-68	Renato Barbieri	milho	1.334.110
	653.008.151-87	Cassiano Barbieri	milho	1.217.530
	762.608.361-04	Nelsa Cervi Vincensi	milho	965.580
	285.393.979-00	Erico José Hefler	milho	511.500
	665.453.409-30	Herolt Daniel Schulze	milho	379.080
	030.366.690-00	Abilio Vincensi	milho	538.160
	653.008.151-87	Cassiano Barbieri	soja	350.050
Rio Brillhante	26.461.699/0133-20	Adilson J. Gelain	milho	884.130
	26.461.699/0133-20	Amélia B. Nogueira	milho	343.150
	26.461.699/0133-20	Fabiano B. Hammes	milho	310.620
	26.461.699/0133-20	Genética A Agrop	milho	3.786.980
	26.461.699/0133-20	Omar J. Hammes	milho	1.701.640
São Gabriel do Oeste	26461699/0134-01	Nilton Guerin Pivoto	milho	45.280
Sidrolândia	36.815.991/0001-08	COTAG	açúcar	687.360
	436.978.361-53	GERSON PIERI	milho	438.030
	019.618.001-52	GABRIELA A.S.M	milho	199.500

d) Principais clientes do setor público – armazenagem**Quadro 2.7 - Demonstrativo dos Principais Clientes do setor público**

UF	CNPJ	Razão Social	2.012	
			Peso Movimentado (kg)	Valor Movimentado (R\$)
MS	26461699023806	CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - PGPM	6.065.879,000	2.850.623,38
MS	26461699043904	CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - PAA	2.000.055,800	3.924.430,70
MS	26461699034832	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB M. OPÇÕES	1.768.058	588.567,18
MS	26461699026309	CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - ESTRATÉGICO	1.760.308,000	3.697.331,89
TOTAL Mato Grosso do Sul			11.594.300,80	11.060.953,15
TOTAL Nacional			1.226.634.782,32	1.200.874.272,82

OBS: Consideramos como principais clientes os depositantes que movimentaram mais de 1.000 toneladas em 2012.

Fonte: Suarm/Gearm

3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, inerentes a lógica do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em função dos preços recebidos pelos produtores praticados no Estado do Mato Grosso do Sul terem atingido patamares inferiores aos preços mínimos fixados pelo Governo, a Conab realizou intervenções no mercado de feijão, por meio de aquisições diretas (AGF) e pela utilização do PEP para incentivar o escoamento do excedente de arroz e trigo.

ARROZ

O cultivo do arroz no Estado do Mato Grosso do Sul vem diminuindo ano a ano, face a diversos fatores, sendo a falta de incentivos fiscais, custos de produção e preços de mercado não remuneradores em comparação com outras culturas como a soja e milho, determinantes para o decréscimo de área de cultivo dessa cultura, fazendo com que num período de aproximadamente 20 anos onde em 1992 plantava-se cerca de 135 mil ha a área hoje é de apenas 17 mil ha, representando uma redução de 87,4 % nesse período, com tendência para diminuição na próxima safra, pois permanece a gerra fiscal com outros estados produtores, face a alíquota maior de impostos do estado, fazendo com que o preço da saca de arroz de outros estados sejam mais competitivos. Além disso há ainda a produção do país vizinho, o Paraguai, que é conhecido pela baixa carga tributária, onde os custos de produção são bastantes menores.

O setor industrial do estado sobrevive a tudo isso, porque mantém sucursais em estados produtores como o Rio Grande do Sul, transferindo produtos comprados nessas regiões para suprir a demanda do estado, que em razão dos fatos mencionados o Estado produz naturalmente abaixo da sua demanda. Embora os preços não sejam remuneradores como os principais produtos, soja e milho, manteve-se acima dos custos e do preço mínimo vigente, não resultando em intervenções pela estatal.

FEIJÃO

A produção estadual de feijão é irrelevante no cenário nacional, produzido em três safras anuais o que representou 0,6 % da área total cultivada a nível nacional no ano de 2012, sendo expressivo o de 2ª Safra, cultivado na sua grande maioria por agricultores familiares e assentados. Face a baixa área cultivada, foi necessário compras de estados vizinhos de Goiás, São Paulo e Paraná desse produto, para cobrir o deficit da demanda estadual.

No ano de 2012, os preços estiveram bastante acima do preço mínimo do produto, não havendo necessidade de intervenção por parte do governo federal na comercialização nas modalidades de AGF e CDAF, sendo a produção estadual absorvida pelo mercado local.

MILHO:

O Estado de Mato Grosso do Sul, é um importante produtor a nível nacional, produziu 6.576,4 mil toneladas no ano de 2012 em duas safras, sendo a mais expressiva a 2ª safra, a safra de inverno, sendo a principal cultura em sucessão à cultura da soja, que teve condições climáticas favoráveis de maneira geral para a produção, excetuando-se uma ocorrência de geada pontual no mês de junho na região sul do Estado que não afetou significativamente a produtividade, pois predominava a fase de maturação, consolidando o Estado como o 3º maior produtor do grão na 2ª Safra. Cabe salientar que o consumo interno do Estado é estimado em aproximadamente em um milhão de toneladas, que o torna um estado fornecedor do grão para o mercado interno em especial para os estados do nordeste, e o excedente é exportado para diversos países, e é o destino mais significativo para o grão produzido no Estado.

A produção do milho na safra de 2011/2012 superou pela primeira vez à produção da soja, em toda a história da criação do Estado de Mato Grosso do Sul e há uma tendência da diminuição dessa diferença face a importância do grão no mercado internacional.

A evolução das cotações do milho no ano de 2012, foram favoráveis principalmente devido a seca que atingiu os Estados Unidos, fator este que levou o maior produtor mundial do grão a reduzir drasticamente a sua produção, provocando uma alta expressiva nos preços, pressionando inclusive a cotação no Brasil, razão pela qual mais uma vez a estatal não foi acionada para intervenção no mercado por intermédio de AGF e Contratos de Opção. A alta no preço do milho, provoca também reflexos negativos para outros segmentos do agronegócio, que utilizam esses produtos como matéria-prima para fabricação de ração, como a suinocultura e avicultura por exemplo, que demandará por parte do governo outras soluções para abastecimento desses setores.

SOJA

A principal cultura do Estado, registrou quebras de produtividade em torno de 13,2% na safra 2011/2012 em relação ao ano anterior, sendo colhidas 4.628,3 mil toneladas em 1.815,0 mil hectares cultivados, quebras essas decorrentes de estiagem prolongadas na região sul do Estado e chuvas excessivas no período da colheita nas regiões produtoras, que nesse ano se concentrou no mês de março, resultando em perdas quantitativas e qualitativas.

No ano de 2012, os preços do produto mantiveram-se firmes no mercado internacional, principalmente decorrente da quebra de safra dos Estados Unidos proporcionando preços recordes do grão no mercado interno, que compensaram a quebra de safra ocorrida no Estado, e por se tratar um produto de exportação significativa na balança comercial, evidentemente não houve necessidade de intervenção governamental.

Deverá ocorrer incremento de área na próxima safra, em face dos preços bastante remuneradores do produto, que também será favorecida pela antecipação do plantio para 15 de setembro quando finaliza o vazio sanitário no estado, ajustado aos estados vizinhos de Mato Grosso, Paraná e São Paulo, o qual é adotado para prevenção e controle da ferrugem asiática, antecipando também a colheita da soja em período mais favorável, evitando-se a perda de qualidade observada nesse ano pelas chuvas em excesso no mês de março, que por outro lado favorecerá o plantio da 2ª Safra de milho dentro do zoneamento agrícola, mitigando os riscos de geada.

TRIGO

A cultura do trigo vem diminuindo ano a ano a área plantada no Estado, resultado do alto custo de produção, baixa remuneração e problemas de comercialização, onde os produtores tem dificuldades para quem vender a sua produção e conforme mencionado com um valor não remunerador. Tal situação coloca a cultura em uma situação desfavorável de mercado, onde ficam

apenas agricultores tracionais que aplicam baixa tecnologia, o que mostra a safra de 2011/2012 onde foram cultivados 32,0 mil hectares com produtividade de 1.530 kg/ha, uma área 17,1% menor e uma produtividade 19,5% menor respectivamente, que a safra anterior. Nesse quadro, os agricultores migram para culturas mais rentáveis como o milho 2ª Safra, que vem apresentando gradativamente aumento de área a cada safra.

Embora em uma situação desfavorável, ainda assim não houve necessidade no ano de 2012 de intervenção governamental, onde os preços de mercado mantiveram-se um pouco acima do preço mínimo do produto.

ALGODÃO

O estado de Mato Grosso do Sul é o quarto maior produtor nacional de algodão, com destaque para a região nordeste do estado, onde os municípios de Chapadão do Sul, Costa Rica e Alcinópolis, que juntos somam 82% da área total plantada. Na safra de 2011/2012 foram plantados no Estado 62 mil hectares de algodão, praticamente a mesma área da safra anterior, sendo essa estagnação devido ao recuo nos preços do algodão em pluma e os elevados custos de produção da cotonicultura, que envolve um controle fitossanitário constante, além de maquinários de custos altíssimos, o que vem desestimulando os produtores a aumentarem a suas áreas de plantio. Basicamente como as áreas de plantio de algodão estão nas mãos de grandes produtores, inclusive com usinas de beneficiamento do algodão em caroço, onde cerca de 50% do algodão em pluma produzido é vendido para indústrias têxteis de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, e o restante são exportados para Europa, Japão e China, sendo esse último país o principal destino do algodão em pluma. Face a recessão da Europa principalmente, os preços vem se mantendo abaixo do esperado pelos produtores, gerando estoques de algodão em pluma a espera de preços mais remuneradores.

No ano de 2012, a comercialização não se mostrou muito favorável ao algodão, principalmente pela recessão da Europa, entretanto os preços de mercado tanto de algodão em caroço como de em pluma mantiveram-se acima dos preços mínimos, portanto não houve a necessidade de intervenção governamental.

MANDIOCA

O estado é o 3º produtor de raiz de mandioca do país, entretanto a oferta desse produto vem diminuindo ano a ano, dando lugar ao cultivo de cana-de-açúcar com o surgimento de novas usinas, em especial no Vale do Ivinhema, região tradicional no cultivo e fornecedora da matéria prima para farinhas e fecularias, e em razão desse fato os preços mantiveram-se firmes no ano de 2012, tanto da raiz de mandioca, como a farinha e fécula, não havendo portanto a necessidade de intervenção da estatal.

Cabe destacar que, o estado ficou em segundo lugar no ranking nacional de produção de fécula, com 88,2 mil toneladas e 17% do total, sendo segmento atacadista o principal demandante da fécula de mandioca e o setor de massa, biscoito e panificação se destacou como segundo principal mercado. Com relação a farinha de mandioca o mercado basicamente foi o nordeste. Na questão da comercialização da mandioca produzida no estado destina-se cerca de 80% para outros estados, principalmente pelo reduzido parque industrial nessa cadeia.

Relação de produtos agrícolas que apresentaram preços abaixo do “Preço Mínimo” no exercício, bem como dados sobre sua relevância econômica e social para o País.

3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF

Aquisição direta com pagamento à vista, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

No âmbito da Sureg/MS não houve operação de aquisição, tendo em vista que os preços de mercado dos produtos agrícolas se mantiveram acima do preço mínimo pago pelo Governo Federal.

3.2.2. Contratos de Opção de Venda

Aquisição seletiva onde o governo escolhe a região e o produto, beneficiando produtores rurais e cooperativas cadastrados em uma Bolsa credenciada, dando-lhe o direito de vender seu produto numa data futura, a um preço previamente fixado.

Não houve oferta de Contrato de Opção de Venda, tendo em vista que os preços de mercado dos produtos agrícolas se mantiveram estabilizados.

3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra)

Prêmio concedido através de leilões àqueles que se disponham a adquirir o produto indicado pelo governo diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida.

No âmbito da Sureg/MS não houve operação de PEP - Prêmio de Escoamento de Produto, devido os preços de mercado dos produtos agrícolas se manterem estabilizados, que por sua vez, propiciou ao produtor negociar seu produto sem a necessidade dos mecanismos de intervenção do Governo Federal.

3.2.4. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO

Subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se dispõe a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo governo e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão. Desobriga o governo de adquirir o produto, viabilizando seu escoamento para as regiões consumidoras.

Em Mato Grosso do Sul, não houve operação de PEPRO - Prêmio de Escoamento de Produto pela Companhia, devido o preço de mercado estabilizado, propiciou o produtor negociar seu produto sem a necessidade de intervenção do Governo Federal.

Considerando as informações supracitadas, cabe afirmar que durante o ano fiscal 2012, são inviáveis a aplicação dos indicadores de desempenho quanto a efetividade das principais intervenções governamentais no mercado, no que tange ao item “Sustentação de Renda” dos produtores.

Destaca-se ainda, que a decisão quanto as intervenções que serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local,

nacional e internacional, análise é feita pela Sugof, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

Resultado financeiro geral

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e do Desenvolvimento Agrário - MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

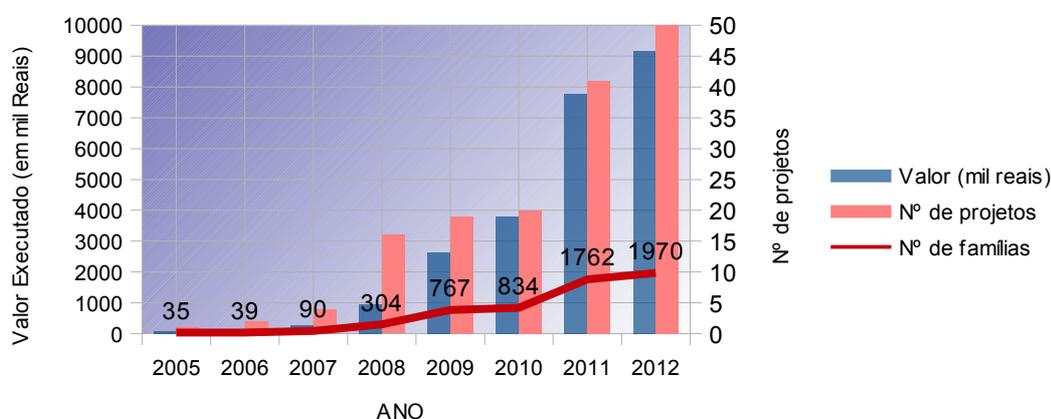
Apesar da lei de criação do PAA ter sido publicada em 2003, a modalidade *CPR Doação* entrou em operação no estado somente em 2005. Diversos fatores contribuíram para o atraso na implementação do Programa, sendo o principal o desconhecimento por parte dos produtores rurais da possibilidade de comercializar seus produtos através do PAA. Com o início da implementação do Plano Estratégico Corporativo em 2006, houve uma intensificação da divulgação do PAA nos estados e esta levou a uma participação mais efetiva e crescente dos agricultores familiares, conforme podemos observar na figura 1.

Nos últimos dois anos, o aumento no número de projetos executados pela Sureg/MS foi expressivo, o qual pode ser atribuído à combinação de alguns fatores, dentre os quais destacamos:

a) Aumento na divulgação do Programa: a CONAB tem realizado palestras, oficinas e participado de reuniões e audiências públicas em vários municípios do estado, e os próprios agricultores que já participam dos projetos relatam a experiência como positiva àqueles que encontram dificuldade em comercializar sua produção;

b) As Associações/Cooperativas de agricultores iniciaram um processo de reestruturação e adequação legal diante da real possibilidade de comercialização dos produtos de seus Associados/Cooperados;

c) Diversas instituições passaram a apoiar os projetos, tanto na fase de elaboração como na execução, auxiliando inclusive nas prestações de contas apresentadas pelas Associações/Cooperativas à Conab, dentre as quais citamos a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER/MS, Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário – SEBRAE/MS, Programa SESC Mesa Brasil, Prefeituras Municipais através das Secretarias de Agricultura, Desenvolvimento e Assistência Social e Bancos de Alimentos e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Figura 1 – Evolução das aquisições na modalidade CPR Doação

Fonte: CONAB/Sureg- MS

A Superintendência Regional da Conab no Mato Grosso do Sul previu, no início do exercício 2012, operar R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) nesta modalidade, porém foram executados apenas R\$ 9.171.527,25 (nove milhões cento e setenta e um mil quinhentos e vinte e sete reais e vinte e cinco centavos), equivalendo a 76,43% da meta fixada. A Cooperativa Agroindustrial Ceres cancelou uma operação de CPR Doação (MS/2012/02/0065), no valor de R\$ 1.926.000,00, cujo recurso foi devolvido integralmente ao MDS. Todos os projetos realizados no ano de 2012 foram pagos com recursos do MDS.

Através desta modalidade foram doadas 5.822 toneladas de produtos alimentícios, que beneficiaram 485.290 pessoas da rede socioassistencial de 29 (vinte e nove) municípios do estado de Mato Grosso do Sul, conforme abaixo.

Quadro 3.1 – Demonstrativo de Aquisições por meio da CPR-Doação

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
MDS	29	gêneros alimentícios	1.970	5.822,27	9.171.527,25
Subtotal	29	-	1.970	5.822,27	9.171.527,25
MDA	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-
Total	29	-	1.970	5.822,3	9.171.527,25

Fonte: Dipai/Supaf

A inexistência de pesquisa oficial quanto ao impacto desta política pública não nos permite quantificar seus resultados. Fato é, que, nas localidades onde o programa está em execução ocorre maior movimentação no mercado local, gera maior organização e regularização na produção e esta alcança mercados antes inexplorados, percebe-se a elevação da autoestima dos agricultores, a permanência das famílias na área rural é estimulada e a possibilidade de comprovação de renda (devido à obrigatoriedade de apresentação da nota fiscal de venda) eleva o poder de compra dos agricultores, facilita seu acesso a créditos e contribui para sua aposentadoria.

Além de promover o desenvolvimento local nos diversos municípios, a modalidade CPR

Doação tem sido instrumento essencial para o fornecimento de produtos através do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, pois tendo como pré-requisito a organização das Associações e Cooperativa de Agricultores, também os torna aptos a acessar outras políticas públicas direcionadas ao segmento da Agricultura Familiar.

Quadro 3.2 – Demonstrativo das dez maiores operações na CPR-Doação

Origem do Recurso	CNPJ	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDS	03.598292/0001-02	Hortícolas, frutas, feijão e derivados do leite	541.270	960.000,00
MDS	03.076.776/0001-83	Hortícolas, frutas, feijão e derivados do leite	478.625	955.200,00
MDS	03.033.718/0001-72	Hortícolas	431.951	679.500,00
MDS	05.106.326/0001-11	Hortícolas	546.239	614.397,30
MDS	09.096.786/0001-67	Hort., frutas, pão e doces	395.600	598.435,47
MDS	06.070.592/0001-02	Hortícolas e peixe	151.602	571.192,00
MDS	16.926.736/0001-25	Hortícolas	341.135	513.600,00
MDS	03.523.672/0001-70	Hortícolas	349.885	472.440,15
MDS	16.708.108/0001-73	Hortícolas	205.320	244.800,00
MDS	14.173.311/0001-67	Hortícolas	210.130	243.000,00
Total			3.651.757	5.852.564,92

Fonte: Dipai/Supaf

Quanto a modalidade *CPR ESTOQUE*, tem-se apresentado pouca procura por parte das entidades representativas dos agricultores familiares (Associações/Cooperativas), fato que podemos atribuir à sua característica de “crédito”, pois a quitação destes projetos se dá de forma financeira, e não com a entrega física de produtos como nas demais modalidades.

No ano de 2012 houve apenas 01 (uma) operação nesta modalidade, em que foi realizada a aquisição de sementes de feijão subsidiada com recurso provenientes do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, na qual o recurso deve ser ressarcido à Conab dentro do prazo de um ano, contado da data de emissão da Cédula, acrescido de juros de 3% a.a., conforme Quadro 3.3.

Quadro 3.3 – Demonstrativo das Aquisições por meio da CPR-Estoque

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-
MDA	1	Sementes de Feijão	188	428.571,00	1.499.998,50
Subtotal	1	-	188	428.571,0	1.499.998,50
Total	1	-	188	428.571,0	1.499.998,50

Fonte: Dipai/Supaf

O vencimento desta CPR está fixado em novembro/2013, portanto a dívida ainda não foi quitada. Tal projeto possibilitou a exportação de sementes de feijão para a Venezuela, em transação realizada no início de 2013.

3.2.6) Resultado financeiro geral

As modalidades CPR Doação e CPR Estoque visam atender o segmento da Agricultura Familiar na fase de comercialização e, nesta etapa final e decisiva do processo produtivo, onde todos os agricultores necessitam vender seus produtos.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, veio apresentar uma primeira alternativa de mercado institucional, inclusive estimulando a organização dos produtores (fundação de Associações/Cooperativas, emissão de nota fiscal) e, conseqüentemente, propiciando a conquista de novos mercados.

No caso dos projetos de CPR Doação, as Associações/Cooperativas de agricultores familiares apresentam os projetos que são analisados (adequação aos normativos, apresentação da documentação exigida, ajuste de preços e quantidades, atendimento de prioridades, etc) e encaminhados à Conab/Matriz para aprovação. Havendo disponibilidade de recursos dentro do Termo de Cooperação, o projeto é aprovado e devolvido à Sureg/MS para execução e acompanhamento.

Outro objetivo do programa é promover a doação dos alimentos adquiridos à população em situação de insegurança alimentar e nutricional, contribuindo para a redução da pobreza nos municípios onde é executado. Portanto não há receitas na modalidade CPR Doação. Nas aquisições de CPR Estoque com recursos do MDA, as Associações/Cooperativas devolverem o recurso adiantado pela Conab dentro do prazo de um ano acrescido de juros de 3% a.a. Neste caso, os recursos que retornam ao MDA são novamente aplicados em projetos sociais no exercício seguinte.

Quadro 3.4 – Quantidade de recursos dispendidos por instrumento

Instrumento	Origem do Recurso	Produto	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
CDAF	MDS	-	-	-
	MDA	-	-	-
CPR Doação	MDS	Diversas	5.822,27	9.171.527,25
	MDA	-	-	-
CPR Estoque	MDS	-	-	-
	MDA	Semente de Feijão	428,57	1.499.998,50
Total MDS			5.822,27	9.171.527,25
Total MDA			428,57	1.499.998,50
Total Geral			6.250,84	10.671.525,75

3.3. Principais indicadores de desempenho

Quadro 3.5 – Percentual de projetos do PAA com valores elevados

Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil)				
Objetivo do Indicador: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Gedes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Pve/Pa)*100$ onde: Pve=Projetos com valores elevados e Pa=Projetos aprovados. Projeto é a proposta de participação no PAA aprovada pela Conab e formalizada no SigPAA, que contém o plano de trabalho apresentado pelos agricultores familiares, constando informações sobre os agricultores participantes (nome, CPF, DAP), produtos, quantidades, preços e também, no caso da CPR-Doação, o detalhamento das instituições e público a ser beneficiado.				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Sureg/MS – Gedes				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
-	17,6	24,4	20,00	-
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
Atribui-se a redução do nº de projetos aprovados com valores superiores a R\$300.000,00 ao incremento do nº total de projetos aprovados. Nos últimos dois anos o nº médio de projetos com valores elevados apresentou-se estável.				

Quadro 3.6 – Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA

Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA				
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa				
Tipo: Equidade				
Área Responsável: Gedes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Mp/Tp)*100$ onde MPb=Mulheres produtoras contempladas e Tp=Total de Produtores atendidos. Produtores atendidos integra mulheres e homens produtores.				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Sureg/MS – Gedes				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
40,00	47,43	19,00	14,00	-
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
Diversas ações da Conab e do Grupo Gestor do PAA contribuíram para o alcance desta meta, dentre as quais destacamos a fixação de percentuais mínimos de mulheres para participação nos projetos, conforme Resolução GGPAA Nº 44, de 16 de agosto de 2011, publicada no DOU de 17.08.2011.				

Quadro 3.7 – Percentual de municípios atendidos X total de municípios em MS

Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado				
Objetivo do Indicador: Identificar a abrangência do PAA no Estado				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Gedes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Map/Tme)*100$ onde: Map=Municípios atendidos pelo programa e Tme=Total de municípios do Estado				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Sureg/MS – Gedes				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
-	36,7	30,4	20,3	-
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
O número de municípios favorecidos pelo PAA vem crescendo devido à maior divulgação do programa pelos órgãos federais, estaduais e municipais da administração pública, ação até então desenvolvida apenas pela CONAB.				

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1. Análise das principais ações ligadas à Venda

Considerando o perfil de atuação da Sureg/MS, cabe salientar que no caso das Superintendências Regionais localizadas em estados consumidores de produtos primários, estas participam do abastecimento com maior intensidade, analisando o mercado consumidor e subsidiando as instâncias superiores para as tomadas de decisão, condição esta que não contempla a Superintendência Regional/MS, pois estamos em um estado exportador de produtos primários, onde o pequeno consumo local, não implica em intervenções governamentais.

Entretanto, quando há um expressivo volume de estoques ocupando grande parte dos armazéns, e que podem comprometer o recebimento da próxima safra, a Sureg embasada em informações dos seguimentos envolvidos, sugere a necessidade de venda, evitando a aplicação de recursos desnecessários.

Quadro 4.1 – Vendas de Produto Oriundo de AGF

Produto	Quant.(kg)	Valor (r\$)
Milho em tipo	2.934.000	1.086.972,80
Feijão Anão Cores T-2	790.326	549.064,41
Feijão Anão Preto (a) 3	21.990	16.791,56
Trigo Melhorador T-1	50.000	30.225,00
Trigo Pão T-1	509.959	294.348,34

Quadro 4.2 – Vendas de Produto Oriundo de Contrato de Opção

Produto	Quant.(kg)	Valor (r\$)
Milho em tipo	6.622.000	2.628.334
Trigo Melhorador T-1	110.000	66.495,00

4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

4.2.1. Venda em Leilão Público

Quadro 4.3 – Demonstrativo de Vendas em Leilão Público

Produto	Vínculo do Produto	Quantidade (ton)		Valor da Operação c/ICMS (R\$)
		Ofertada	Negociada	
Milho, Trigo, Feijão	AGF	4.228.275	4.228.275	1.957.681,51
Milho, Trigo	Contrato de Opção	6.732.000	6.732.000	2.694.829,00
Total		10.960.275	10.960.275	4.652.510,51

Fonte: Dirab/Suope

A comercialização de produtos agrícolas para o abastecimento da Região Nordeste, ocorreu a partir de estoques adquirido em 2010.

Quadro 4.4 – Demonstrativo das Dez maiores operações de Venda em Leilão Público

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1º	Coasgo-Coop.Agrop.de São Gabriel do Oeste	Milho	5.660.000	2.209.321,00
2º	Alimento Dallas Ind. e Comercio Ltda	Trigo	719.959	421.293,34
3º	Kasulke Agroind.e Comercio Ltda	Milho	740.000	295.740,00
4º	Coop.Agroind.Lar	Milho	620.000	245.936,00
5º	BRF Brasil Foods S/A	Milho	660.000	239.680,00
6º	Adames Ind.Com.de Rações Ltda	Milho	600.000	230.100,00
7º	Agrop.Vista Alegre Ltda	Milho	400.000	152.800,00
8º	Juba Cotton Ltda	Feijão	244.210	141.251,06
9º	D.Ana Distribuidora de Alimentos Ltda	Feijão	166.235	126.937,05
10º	ACM Transportes Ltda	Feijão	129.881	118.101,30
Total			9.940.285	4.181.159,75

Fonte: Dirab/Suope

No ano de 2012, no âmbito da SUREG MS, tendo em vista os preços de mercado estarem acima dos preços mínimos, não houve necessidade de intervenção na comercialização dos produtos pelos Produtores Rurais, e sim venda dos estoques remanescentes objetivando principalmente abastecer o nordeste e atender ajustes operacionais dos estoques.

Para safra vindoura, a não intervenção não influencia pois, dependerá dos quantitativos a ser produzido e níveis de preços praticados pelo mercado.

4.2.2. Venda em Balcão

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tendo em vista que o Estado de Mato Grosso do Sul é grande produtor de produtos agrícolas, com baixo consumo interno, o que o torna um importante exportador para outros estados desses produtos, isto mantém o abastecimento interno o ano todo, não necessitando implementar Venda Balcão.

4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP

Trata-se de Subvenção econômica paga a um consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para uma região de consumo estabelecida em edital.

Não houve operação de VEP, devido os preços de mercado dos produtos agrícolas se apresentarem estabilizados, sem a necessidade de intervenção do Governo Federal.

4.2.4. Doação de Alimentos

4.2.4.1. Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional - MDS

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS, e a COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, em 25.06.2010, celebram o Termo de Cooperação nº 007/2010-SESAN, que tem por objetivo estabelecer parceria entre o MDS e a CONAB, no âmbito de suas atribuições, visando a aquisição de gêneros alimentícios básicos para dar continuidade à distribuição gratuita de cestas de alimentos às famílias de grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional como acampados, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, pescadores artesanais em situação emergencial inopinada e notória em todo o território nacional.

A Distribuição de Alimentos é uma ação emergencial que tem o objetivo de entregar cestas de alimentos para famílias de determinados segmentos sociais que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional. A indicação dos beneficiários, em articulação com os seus Órgãos representativos, é definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Os alimentos são comprados por meio de parceria firmada entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O MDS repassa o recurso financeiro para a CONAB, que atua na aquisição, controle de qualidade, armazenagem e distribuição dos alimentos.

As cestas são compostas por oito tipo de alimentos, totalizando 22 kg cada, com a seguinte composição: (10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 1 kg de fubá, 2 latas de óleo de soja, 2 kg de açúcar, 1 kg de macarrão, 2 kg de farinha de mandioca e 1 kg de leite em pó). Em grande parte, os alimentos que compõem as cestas distribuídas vem do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra a produção da agricultura familiar.

A Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional pode solicitar cestas para os municípios que estejam em situação de emergência e/ou calamidade pública reconhecidos. No estado de Mato Grosso do Sul, foram contemplados com as distribuições de cestas de alimentos os seguintes segmentos sociais:

Quadro 4.5 - Demonstrativo dos Segmentos Atendidos com a Doação de Alimentos

Armazém de Distribuição	Nº de Famílias					Total de Atendimento
	Acampados	Quilombolas	Terreiros	Indígenas	Catadores de Mat. Recicláveis	
UA/Campo Grande/MS	2.862	180	100	14.862	200	18.204

Atendendo demanda do MDS/SESAN, a Superintendência de Abastecimento Social – SUPAB, através do Fax nº 256 de 16.04.2012, autorizou a doação de 1.500 (mil e quinhentas) cestas de alimentos, destinadas ao atendimento dos Catadores de Materiais Recicláveis no Estado de Mato Grosso do Sul.

Para o Mato Grosso do Sul foram adquiridas 143 toneladas de diversos produtos através de leilão eletrônico, bem como foram utilizadas 1.122 toneladas de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, prioritariamente direcionados para a composição das cestas de alimentos destinadas ao atendimento das famílias de comunidades específicas como: Acampados, Quilombolas, Terreiros, Indígenas e/ou outras em situação de insegurança alimentar e nutricional, conforme demonstrativos abaixo:

Quadro 4.6 - Demonstrativo de Aquisição e de Distribuição de Gêneros Alimentícios (em kg)

Produtos	Estoque 2011	Leilão	PAA	Total	Quantidade distribuída	Saldo 2011
Arroz	393.140	0	511.080	904.220	605.740	298.480
Feijão	1.020	0	436.865	437.885	296.365	141.520
Fubá	61.773	36.008	0	97.781	67.945	29.836
Óleo de Soja	123.561	72.020	0	195.581	135.884	59.697
Açúcar Cristal	146.328	0	71.625	217.953	158.648	59.305
Macarrão	61.776	35.892	0	97.668	67.942	29.726
Farinha de Mandioca	408	0	26.828	27.236	27.236	0
Leite em Pó	23.926	0	76.008	99.934	70.086	29.848
Totais	811.932	143.920	1.122.406	2.078.258	1.429.846	648.412

Quadro 4.7 - Demonstrativo de Distribuição de Alimentos (em kg)

Produtos	Distribuição por Segmento							
	Acampados	Quilombolas	Terreiros	Indígenas	Cat. Mat. Reciclav.	Análise	Entidades (*)	Totais
Arroz	134.180	14.400	6.000	436.160	15.000	0	0	605.740
Feijão	57.590	6.480	3.000	223.295	6.000	0	0	296.365
Fubá	10.474	1.440	400	51.351	750	12	3.518	67.945
Óleo de Soja	26.836	3.240	1.200	101.605	3.000	3	0	135.884
Açúcar Cristal	26.836	3.600	1.600	120.612	6.000	0	0	158.648
Macarrão	13.418	1.440	600	50.978	1.500	6	0	67.942
Farinha de Mandioca	17.336	5.400	3.000	0	1.500	0	0	27.236
Leite em Pó	13.418	1.440	600	50.878	3.750	0	0	70.086
Totais	300.088	37.440	16.400	1.034.879	37.500	21	3.518	1.429.846

Obs: (*) Produtos doados exclusivamente para Entidades públicas e as de interesse social (Programa Mesa Brasil – SESC/MS), devidamente regularizadas e com atuação direta em ações de segurança alimentar e nutricional, a fim de evitarmos o vencimento desses produtos em nossa Unidade Armazenadora de Campo Grande/MS.

Na área sob responsabilidade da SUREG/MS, foram atendidas aproximadamente 18.204 famílias, com a distribuição de 67.754 cestas de alimentos, totalizando 1.426.307 kg de produtos distribuídos, conforme detalhado no quadro a seguir:

Quadro 4.8 - Demonstrativo de Atendimento aos beneficiários

PÚBLICO	Acampados	Quilombolas	Terreiros	Indígenas	Catadores	Totais
Nº Famílias	2.862	180	100	14.862	200	18.204
Nº Atendimento	13.418	1.440	600	50.796	1.500	67.754
Alimentos entregues (kg)	300.088	37.440	16.400	1.034.879	37.500	1.426.307

Obs: Atendendo demanda do MDS/SESAN, as SUREG's MT e SP efetuaram doação de 4.583 cestas de alimentos, totalizando 126.621 kg de produtos, destinadas ao atendimento das famílias indígenas, subordinadas a Funai de Dourados, não havendo a participação da SUREG/MS no referido atendimento, portanto, os quantitativos em questão não foram incluídos no mapa acima.

4.2.4.2. Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social - PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, tem como finalidade incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, adquirindo produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, por meio do instrumento Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF.

A Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, visa a formação de estoque estratégico do Governo Federal e renda ao agricultor familiar, inserindo-o no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção a preços de mercado. Os estoques formados nesta modalidade, além de atenderem, por meio de doação, demandas de pessoas em situação de insegurança alimentar, destinam-se, também, à composição de cestas de alimentos.

Para alcançar os objetivos do Programa e evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos, a CONAB, fica autorizada a direcionar os estoques oriundos do PAA através de doação, às entidades definidas pelo MDS, tais como os COEP's, os Bancos de Alimentos, entidades filantrópicas, administrações municipais e segmentos populacionais específicos, como famílias quilombolas, atingidos por barragens, acampados, indígenas, comunidades de terreiros, entre outros.

Quadro 4.9 - Demonstrativo das Doações

Produtos	Quantidade Distribuída (kg)
Farinha Mandioca	160.100
Feijão Anão Cores	53.200
TOTAL	213.300

Quadro 4.10 – Demonstrativo das Entidades Beneficiárias

1. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sidrolândia - APAE
2. Programa Mesa Brasil – SESC/AL
3. Programa Mesa Brasil – SESC/AM
4. Programa Mesa Brasil – SESC/MS
5. Programa Mesa Brasil – SESC/PE

4.3. Principais indicadores de desempenho

Considerando as informações supracitadas, cabe afirmar que durante o ano fiscal 2012, seria inapropriado a aplicação dos indicadores de desempenho quanto a efetividade das principais intervenções governamentais no mercado, no que tange ao item “Promoção do Abastecimento” aos produtores.

Destaca-se ainda, que a decisão quanto as intervenções que serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise é feita pela Sugof, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1 - Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros

Nos quadros abaixo faremos um demonstrativo de receita com serviços de armazenagem de produtos de terceiros e a quantidade de estoque de produtos nas Unidades Armazenadoras da Conab em Mato Grosso do Sul.

a) Detalhamento da Receita de Armazenagem com produtos de Terceiros.

Na análise do quadro abaixo, podemos inferir que a Conab obteve bons resultados nos anos de 2008 e 2009 quando o governo federal exerceu grande influência no mercado realizando aquisições para garantir os preços mínimos pagos aos produtores, promovendo a formação de estoques públicos através de ferramentas como Contratos de Opção e Aquisições do Governo Federal- AGF. Tal situação reduziu significativamente a disponibilidade de espaço físico para deposição produtos de terceiros a partir do exercício 2009, ocasionando receita inferiores nos dois anos subsequentes.

No ano de 2012, não houve interferência do governo federal pois os preços praticados pelo mercado foram superiores aos preços mínimos, isso é consequência da estiagem ocorrida na região sul do Brasil e que atingiu os Estados Unidos e Argentina, reduzindo assim a produção agrícola e consequentemente a disponibilidade de produtos ao mercado internacional. Preços altos do mercado agrícola resultaram em compra antecipada por grandes empresas, algo em torno de 65% da produção de soja e milho foram comercializados antecipadamente.

As empresas compradoras recebem os produtos adquiridos em armazéns próprios provocando um êxodo de produtores dos armazéns da Conab. Outro fator que contribuiu para o baixo recebimento de produtos foram os preços que, em função do recente reajuste das tarifas, ficaram acima do mercado.

Quadro 6.1 - Demonstrativo de faturamento das Unidades Armazenadoras

UNIDADE	Receita de Armazenagem de Terceiros (R\$)				
	2008	2009	2010	2011	2012
Campo Grande	57.248,10	294.386,01	73.946,67	194.190,75	51.924,98
Cassilândia	17.463,05	29.487,03	14.995,30	55.036,32	79.135,48
Chapadão do Sul	584.764,68	762.843,49	112.246,83	164.557,44	0,00
Dourados	874.380,05	576.792,34	67.407,23	141.052,60	270.350,63
Maracaju	315.853,11	518.778,50	277.672,83	162.799,18	289.524,92
Rio Brilhante	420.668,77	398.577,68	210,66	208.304,19	330.554,10
São Gabriel D'Oeste	310.838,86	369.750,32	91.484,92	45.546,59	43.423,87
Sidrolândia	262.118,67	313.055,20	4.265,31	123.526,07	5.507,36
TOTAL	2.843.335,29	3.263.670,57	642.229,75	1.095.013,14	1.070.421,34

Fonte: Sureg/MS

b) Balanço da Movimentação de Estoque Físico-fiscal de Terceiros - Exercício 2012

No quadro abaixo, consta a movimentação de estoque físico-financeira das unidades armazenadoras desta Sureg/MS no exercício 2012. Observa-se que os quantitativos de entradas foram superiores em aproximadamente 50% da saída, decorrente dos bons preços de mercado que criam expectativas de melhores lucros aos produtores pois foi necessário uma quantidade menor de produto para saldar as dívidas contraídas na implantação, condução e colheita das culturas, podendo os mesmos aguardarem preços melhores para a comercialização do excedente.

Quadro 6.2 - Movimentação de Estoque Físico-financeiro das Unidades Armazenadoras

Unidade Armazenadora	Produto	Saldo anterior	entrada	saída	Saldo exercício 2012	
		Peso (kg)	Peso (kg)	Peso (kg)	Peso (kg)	Fiscal (R\$)
1. Campo Grande	Milho em Grãos	0,00	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00
2. Cassilândia	Milho em Grãos	0,00	269.580,00	206.730,00	62.850,00	18.855,00
	TOTAL	0,00	269.580,00	206.730,00	0,00	18.855,00
3. Chapadão do Sul	Milho em Grãos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Dourados	Milho em Grãos	86.900,00	4.004.270,00	814.600,00	3.276.570,00	1.249.811,87
	Trigo	1.152.097,00	4.077.029,00	2.198.336,00	3.030.790,00	1.908.071,42
	TOTAL	1.238.997,00	8.081.299,00	3.012.936,00	6.307.360,00	3.157.883,29
5. Maracaju	Milho em Grãos	7.270,00	5.913.480,00	3.623.590,00	2.297.160,00	703.121,72
	Soja	26.190,00	369.820,00	396.010,00	0,00	0,00
	TOTAL	33.460,00	6.283.300,00	4.019.600,00	2.297.160,00	703.121,72
6. Rio Brillhante	Milho em Grãos	572.390,00	7.528.460,00	6.836.802,00	1.264.048,00	494.488,76
	Trigo	0,00	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00
	TOTAL	572.390,00	7.638.460,00	6.946.802,00	1.264.048,00	494.488,76
7. São Gabriel do Oeste	Milho em Grãos	0,00	45.280,00	45.280,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	45.280,00	45.280,00	0,00	0,00
8. Sidrolândia	Milho em Grãos	441.100,00	860.970,00	765.960,00	536.110,00	200.163,08
	Açúcar	0,00	624.770,00	155.900,00	468.870,00	375.096,00
	TOTAL	441.100,00	1.485.740,00	921.860,00	1.004.980,00	575.259,08
TOTAL(R\$)						

Fonte: Sureg/MS

Com relação à qualidade dos produtos armazenados, cabe salientar que em todas as fases do processo de armazenagem sempre há o máximo zelo, por parte da CONAB, pelo cumprimento dos normativos em vigor, relativos ao controle de qualidade dos serviços de armazenagem, desde o recebimento até a expedição do produto. A não ocorrência de PIM - Pedido de Indenização de Mercadoria por parte dos produtores que depositaram seus produtos das Unidades Armazenadoras desta SUREG no exercício em questão comprova a inexistência de perdas quali-quantitativas nestes estoques.

c) Resultado Financeiro das Operações de Armazenagem de Produtos Agrícolas**Quadro 6.3 – Demonstrativo de Faturamento com o Serviço de Armazenagem**

Discriminação	MS
Receita de Vendas e Serviços	872.445,63
Receita de Vendas	-
vendas estoques estrategicos	-
Recebimento de Vendas em Balcão	-
Repasse de Vendas em Balcão	-
Recebimento da Agricultura Familiar	-
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	-
vendas estoques reguladores PGPM	-
Vendas PGPM	-
Repasse de Vendas da PGPM	-
vendas Abastecimento Social	-
vendas atacado	-
adições a receita de vendas	-
Receita de Serviços	872.445,63
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	(39.413,18)
=Receita líquida de vendas e serviços	833.032,45
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-
=Lucro bruto operacional	833.032,45
-Despesas Operacionais	(17.412.517,16)
Despesas de Pessoal	(10.992.287,46)
Despesas Financeiras	-
Despesas Comerciais e Administrativas	(6.420.229,70)
Receitas Operacionais Diversas	13.428.301,46
Resultado Não Operacional	-

Fonte: Diafi/Sucon/Gerac

6.4 - Indicador de desempenho

Quadro 6.4 – Demonstrativo de Eficiência Operacional

Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geope				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Qa/Ce)*100$ onde: Qa=Quantidade armazenada(saldo em ton) e Ce=Capacidade estática (186.500 ton.). Capacidade estática é a disponibilidade, em toneladas, para armazenamento de produtos. Base geográfica: UF e Brasil Periodicidade: Anual				
Fonte dos dados: Geope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
-	7,62	5,26	0,60	0,55
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
Observa-se um aumento significativo do índice de ocupação, isso é decorrente de variação de mercado e política agrícola desenvolvida anualmente pelo governo.				

7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação

7.1 - Rede Armazenadora

7.1.1 - Rede Armazenadora Própria

A Superintendência da Conab no Mato Grosso do Sul, possui, sob sua jurisdição, 08 (oito) Unidades Armazenadoras com capacidade de armazenamento a granel de 169.200 toneladas e capacidade de armazenamento convencional (ensacado) de 17.300 toneladas. Os armazéns estão distribuídos nas regiões Norte e Sul do Estado e estão aptos para operar nas recepções e expedições de produtos, a exceção fica para a Unidade da Conab em Chapadão do Sul com problemas na cobertura (infiltrações) do graneleiro.

Quadro 7.1 – Unidades Armazenadoras da Conab no Mato Grosso do Sul

Unidade	Endereço	Modalidade	CDA	Capacidade (t)
Campo Grande	Av Princ 2 nº 20 N. Indust.	Búfalo	55.0287.0040-3	25.800
	Av Princ 2 nº 20 N. Indust.	Silos Concreto	55.0287.0011-0	16.000
	Av Princ 2 nº 20 N. Indust.	Convenc. Metálico	55.0287-0010-1	3.500
	Av Princ 2 nº 20 N. Indust.	Convenc. Metálico	55.0287-0196-5	2.600
Cassilândia	Av Pres. Dutra nº 3.775	Silos Metálicos	55.0287.0016-0	10.000
	Av Pres. Dutra nº 3.775	Convencional	55.0287.0135-3	2.600
Chapadão do Sul	Rod. MS-306 km 96	Silos Metálicos	55.0287.0173-6	4.100
	Rod. MS-306 km 96	Graneleiro Semi V	55.0287.0175-2	44.600
	Rod. MS-306 km 96	Convenc. Alvenaria	55.0287.0174-4	1.600
Dourados	R. Cel Ponciano nº 1.050	Silos Metálicos	55.0287.0019-5	20.000
Maracajú	Rod. MS-162 Km-1,5	Convenc. Metálico	55.0287.021-7	3.500
	Rod. MS-162 Km-1,5	Silos Metálicos	55.0287.0052-7	16.000
Rio Brillhante	Rod. BR-163 Km 152	Silos Metálicos	55.0287.0024-1	10.000
São Gabriel D' Oeste	Rod. BR-163 Km-610	Granel Flat-Storage	55.0287.0051-9	4.700
	Rod. BR-163 Km-610	Silos Metálicos	55.0287.0036-5	10.000
Sidrolândia	Rod. MS-162 Km-6,0	Convenc. Metálico	55.0287.0037-3	3.500
	Rod. MS-162 Km-6,0	Silos Metálicos	55.0287.0025-3	8.000
			Total	186.500

Fonte: Sureg/MS

A Conab vem obtendo bons resultados quando o governo federal exerce grande influência no mercado realizando aquisições para garantir os preços mínimos pagos aos produtores, promovendo a formação de estoques públicos através de ferramentas como Contratos de Opção e Aquisições do Governo Federal- AGF.

No ano de 2012, não houve interferência do governo federal pois os preços praticados pelo mercado foram superiores aos preços mínimos, isso é consequência da estiagem ocorrida na região sul do Brasil e que atingiu os Estados Unidos e Argentina, reduzindo assim a produção agrícola e consequentemente a disponibilidade de produtos ao mercado internacional. Preços altos do mercado agrícola resultaram em compra antecipada por grandes empresas, algo em torno de 65% da produção de soja e milho foram comercializados antecipadamente.

As empresas compradoras recebem os produtos adquiridos em armazéns próprios provocando um êxodo de produtores dos armazéns da Conab. Outro fator que contribuiu para o baixo recebimento de produtos são os preços que em função do recente reajuste das tarifas, ficaram acima do mercado.

a) Principais problemas

Com a rede própria de armazéns da Conab no Mato Grosso do Sul composta de 08 (oito) Unidades Armazenadoras, estas unidades necessitam de constantes serviços de manutenção em suas instalações prediais e eletromecânicas para manter-se em condições de operação.

Não se pode desprezar, que as Unidades foram construídas há mais de 30 anos, algumas possuidoras de equipamentos já considerados obsoletos e ineficazes para as exigências operacionais atuais, clamando por obras de modernizações de grande vulto.

Outro problema enfrentado nas Unidades é o número reduzido de funcionários, abaixo do mínimo necessário para desenvolver todas as atividades inerentes, com eficácia e segurança operacionais.

b) Demanda por manutenção

Visando manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais, elaborou-se um levantamento das necessidades mais prementes – **Anexo II – Obras, Serviços e Aquisições Prioritárias para a Rede Própria de Armazéns**

c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios

No exercício de 2012, foram gastos R\$ 177.599,17 na manutenção das unidades armazenadoras jurisdicionadas à Sureg/MS, conforme **Anexo III – Obras Realizadas nas Unidades Armazenadoras**

d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009

Em atendimento aos requisitos exigidos para a Certificação de Unidades Armazenadoras, a Conab estabeleceu cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras no Mato Grosso do Sul até 2015, no valor total de R\$ 6.449.000,00 conforme detalhado no **Anexo IV – Certificação de Unidades Próprias - Investimentos**

7.1.1.1 - Posição de Estoques:

A quantidade físico-financeira dos produtos agrícolas estocados nos armazéns próprios (Milho, Trigo, Feijão e Farinha de Mandioca), correspondem atualmente a 14.211.096 Kg (catorze milhões, duzentos e onze mil e noventa e seis quilos) e R\$ 6.929.083,97 (seis milhões, novecentos e vinte e nove mil, oitenta e três reais e noventa e sete centavos).

Quadro 7.2 – Demonstrativo de Estoque dos Produtos Armazenados em 31/12/2011

Unidade Armazenadora	Produto	Safra	Quantidade (Kg)	Valor (\$)
Campo Grande	Milho Grãos	2009	79.101	24.837,71
	Milho Grãos	2009/2010	556.473	161.933,64
	Far. Mandioca (ensacado)	2008/2009	5.613	4.256,91
	Far. Mandioca (ensacado)	2012	108.000	291.600,00
	Feijão Cores	2008/2009	1.051	1.460,57
	Feijão Cores	2009/2010	141.520	193.882,40
	Feijão Cores	2012	202.580	633.872,82
Cassilândia	Milho Grãos	2009/2010	490.101	107.822,22
	Milho Grãos	2011/2012	62.850	18.855,22
Chapadão do Sul	Milho Grãos	2009/2010	1.584.332	461.040,61
Dourados	Trigo Grãos	2008	9.586	5.655,74
	Trigo Grãos	2009/2010	49.862	31.014,16
	Trigo Grãos	2012	3.030.790	1.908.071,42
	Milho Grãos	2005/2006	849	183,96
	Milho Grãos	2012/2013	3.276.570	1.249.811,84
Maracajú	Feijão Cores (ensacado)	2010	30.618	42.047,69
	Feijão Cores (ensacado)	2011	12.662	17.346,94
	Milho Grãos	2012	2.297.160	703.121,70
Rio Brillhante	Milho Grãos	2012	1.264.048	494.488,76
São Gabriel D'Oeste	Sem Estoque	-	-	-
Sidrolândia	Açúcar	2012/2013	468.870	375.096,00
	Feijão Cores (ensacado)	2009	2.350	3.292,58
	Milho Grãos	2011	20.700	8.194,20
	Milho Grãos	2012	515.410	191.196,88
TOTAIS			14.211.096	6.929.083,97

Fonte: Sureg/MS

7.1.2 - Rede Armazenadora Contratada

No fim do exercício de 2012, os estoques em totais Nacional, depositados em unidades armazenadoras de terceiros era 2,097 milhões de toneladas. Em Mato Grosso do Sul o totalizavam armazenados 11.508 mil toneladas de produtos agrícolas, basicamente milho e algodão.

Quadro 7.3 - Estoques Públicos em Armazéns Contratados

UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MS	ALGODÃO EM PLUMA	32.788	116.199,68
	MILHO	11.475.617	6.770.644,72
	Subtotal	11.508.405	6.886.844,40
Total – Nacional		2.097.608.756	1.374.448.475,74

Fonte: Suope/Gefoc

7.1.3 – Oferta Nacional de Armazenagem

Atualmente Mato Grosso do Sul conta com uma rede armazenadora composta por 836 armazéns com capacidade estática de armazenagem de 636,4 toneladas de produtos ensacados e uma rede armazenadora a granel com capacidade estática de 6.682,4 toneladas de produtos, totalizando uma capacidade total de 7.318,8 mil ton.

Considerando a capacidade nacional, a oferta de armazenagem consiste em 17.538 unidades tipo convencional e granel com 145.456.500 toneladas de capacidade estática.

No ano de 2010, foi realizado o Cadastramento geral das unidades armazenadoras (Graneleiro e Convencional). Já no ano de 2012, foram feitos cadastramentos pontuais, ou seja, a Sureg/MS atendeu as solicitações de cadastramento por manifestação dos interessados, totalizando 05 (cinco) armazéns.

Quadro 7.4 – Demonstrativo de Capacidade Estática X Demanda

UF	N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)			Produto	Quantidade (mil ton)	Demanda %
		Convencional	Granel	Total			
MS	836	636,4	6.682,4	7.318,8	Algodão	135,2	158,6
					Arroz	109,0	
					Feijão	24,4	
					Girassol	6,0	
					Milho	6.576,4	
					Soja	4.628,3	
					Sorgo	78,3	
					Aveia	7,5	
					Canola	2,4	
					Trigo	42,9	
					Total Produção	11.610,4	
Total Nacional	17.538	24.988,0	120.468,5	145.456,5	Produção Nacional	166.172,1	114,2

Fonte: Dirab/Suarm/Gearm e Boletim de Levantamento de Safras

7.1.4 – Capacitação de Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão-de-obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 esta atividade deixou de ser executada, quando a Diretoria de Operações - Matriz, responsável pela execução suspendeu esta ação por tempo indeterminado.

7.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos

Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. Realizar também a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

Durante o ano de 2012 foram realizadas cinco (05) etapas de fiscalizações dos estoques governamentais, nos meses de Janeiro/Fevereiro, Abril, Junho/Julho, Setembro e Novembro/Dezembro no estado de Mato Grosso do Sul, sendo fiscalizadas 114.080 toneladas de produtos dos estoques governamentais. As fiscalizações são realizadas por equipes de 02 (dois) técnicos devidamente treinados e portanto aptos para o cumprimento das tarefas correspondentes as fiscalizações.

Quadro 7.5 – Quantitativo de Produtos Fiscalizados (em t)

Discriminação	Exercício					
	2010		2011		2012	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	367.768	367.278	122.405	120.988	46.699	46.602
Contrato de Opção	2.688.697	2.686.942	97.335	95.332	37.749	37.736
Agricultura Familiar	14.722	14.718	35.287	35.287	1.403	1.399
Fome Zero	-	-	791	791		
Estoque Próprio	-	-	0	0		
Varreduras	-	-	0	0		
Terceiros	32.369	32.369	20.008	20.008	28.229	28.229
Total	3.103.556	3.101.307	275.826	272.406	114.080	113.966

Fonte: Gefis

Quadro 7.6 – Despesas Realizadas com a Fiscalização dos Estoques

Elemento de Despesa (Em R\$)	Exercício					
	2008	2009	2010	2011	2012	
Diárias	14.315,00	27.018,00	33.632,00	14.100,00	31.185,00	
Material de Consumo	5.971,57	8.333,31	9.840,84	3.653,65	4.268,68	
Passagens e Despesas com Locomoção	6.806,00	3.152,51	4.239,94	8.120,60	11.425,40	
Outros Serv. de Terceiros	Pessoa Física	0,00	0,00	35,00	259,00	768,00
	Pessoa Jurídica	136,00	41,39	0,00	0,00	0,00
Operações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamento e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	27.228,57	38.545,21	47.747,78	26.133,25	47.647,08	

Fonte: Siafi

7.2.1 – Quadro de Fiscais**Quadro 7.7 – Quadro de Fiscais em Atividade**

Nº	NOMES DOS FISCAIS	U F
1	FERNANDO ZEFERINO	MS
2	MARCIO RICARDO L M ARRAIS	MS
3	MARIO ADRIANI SILVA MOREIRA	MS
4	MESSIAS DIONISIO	MS
5	SEBASTIÃO DOS REIS CARDOSO MOREIRA	MS

Posição em 30.09.12

Fonte: Dirab/Sufin/Gecoq

7.2.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos

Neste item vamos discorrer sobre as condições quanto-qualitativas dos produtos, condições técnicas, cadastrais e operacionais das armazéns depositários.

7.2.2.1 – Perdas

Quadro 7.8 – Demonstrativo de Perdas de produtos

RESUMO DE PERDAS EM ARMAZENAGEM DE PRODUTOS DE PROPRIEDADE DA CONAB EM 2012 (ATÉ 9ª ETAPA) -MS

U.F.	LOCALIDADE	ARMAZENADORA	CDA	PRODUTO	PERDAS (KG)	TVN	SITUAÇÃO
MS	RIO BRILHANTE	CONAB	55.0287.0024-1	MILHO	97.320	23441	PENDENTE
	RIO BRILHANTE	CONAB	55.0287.0024-1	TRIGO	7.371	30097	PENDENTE
	SIDROLÂNDIA	CONAB	55.0287.0037-3	FARINHA	1.415	30095	PENDENTE
	SIDROLÂNDIA	CONAB	55.0287.0037-3	FEIJÃO	2.721	30095	PENDENTE
	SÃO GABRIEL DO OESTE	CONAB	55.0287.0036-5	TRIGO	6.080	23416	SOLUCIONADO

Fonte: Sufis

As divergências ocorridas entre o estoque contábil e o fiscalizado referem-se às Perdas Quantitativas apuradas durante a fiscalização. Ocorrem em função do tempo de depósito dos produtos (perda de matéria seca por respiração), pelo ataque de pragas, uso inadequado da aeração etc.

O saldo de débitos relativo às perdas quantitativas totalizam 1.415 Kg de farinha de mandioca, safra 09/09; 2.721 Kg de feijão, safra 09/09; 13.451 Kg de trigo, safra 08/08 e 97.320 Kg de milho safra 09/09. As perdas em armazenagem ocorreram em produtos depositados em armazéns próprios da Companhia, onde os valores foram absorvidos pela sobretaxa.

7.2.2.2 – Desvios

Não ocorreram desvios de produtos nos armazéns depositários no exercício de 2012.

7.2.2.3 – Produtos Abaixo do Padrão

Não foram detectados produtos Abaixo do Padrão nos armazéns depositários no exercício.

7.2.2.4 – Produtos Desclassificados

Não foram detectados produtos Desclassificados nos armazéns depositários no exercício.

7.2.2.5 – Avaliação Geral dos Armazéns

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras - UAs.

Em 2012 foi constatada a ocorrência de 18 irregularidades nos armazéns vistoriados no estado de Mato Grosso do Sul, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 7.9 - Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas UAs

Irregularidade	Etapas									TOTAL ANO
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	
Insetos vivos	3		1						1	5
Tampas dos silo soltas ou travadas										0
Aeração com avaria										0
Termometria com avaria									1	1
Corrimão em más condições										0
Empoçamento de água no pátio									1	1
Escada de acesso mal conservada										0
Goteiras									3	3
Falta passarela										0
Rachadura no piso e talude										0
Falta tela contra pássaros										0
Falta plataforma de descanso							1		3	4
Higienização										0
Aeração com defeito										0
Guarda corpo em más condições										0
Conservação de produto estocado										0
CDA fora do padrão										0
Avarias no teto									2	2
Infiltração									1	1
Determinador de Umidade, aferição vencida									1	1
Falta identificação do CDA										
Total	3		1				1		13	18

Fonte: Sufis

7.2.2.6 – Descredenciamento de Armazéns:

No exercício de 2012 não houve nenhum descredenciamento de armazéns em Mato Grosso do Sul.

7.2.3 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

Em 2012 foram realizadas por fiscais da Regional, duas etapas da fiscalização das operações de apólices de seguro rural, em atendimento à solicitação do MAPA.

7.3 – Remoção de Produtos

7.3.1 – Remoção de Produtos dos Estoques Públicos

No ano de 2012, não aconteceram movimentações de estoques públicos no Estado de Mato Grosso do Sul. As movimentações dos estoques se fazem necessárias para abertura de espaços nos armazéns para o recebimento da safra, quando acontecem desvios de mercadorias, vendas em Leilão Público, etc.

7.3.2 – Remoção de Produtos do PAA

Não ocorreram remoções do PAA no exercício de 2012.

7.3.3 – Remoção de Produtos do MI, MDA e MDS:

Não ocorreram remoções de produtos do MI, MDA e MDS no exercício de 2012.

7.4– Principais Indicadores

Apresentamos os indicadores de desempenho da Administração dos Estoques Públicos. São indicadores sintéticos e objetivos com os resultados dos últimos 3 anos.

Quadro 7. 10 – Percentual de Armazéns Cadastrados

Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados				
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas				
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2009				0,75
2010				158,66
2011				5,77
2012	Meta:	100,00	Realizado:	0,59
Foram cadastrados 05 armazéns no Mato Grosso do sul em 2011, que correspondem a 0,59% do exercício físico de 836 armazéns da Conab/MS.				

Quadro 7.11 – Custo por Unidade Cadastrada

Nome: Custo por Unidade Cadastrada				
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento				
Meta:				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos				
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2009				178,88
2010				16,58
2011				0,00
2012	Meta:	Não determinada	Realizado:	0,00
Análise: Como os cadastramentos foram realizados durante outras atividades, o custo por Unidade cadastrada ficou junto com as despesas “outras atividades”.				

Quadro 7.12 - Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2009			2,33
2010			93,80
2011			0,00
2012	Meta:	100,00	Realizado:
			0,00
Análise: Os cadastramentos foram feitos durante outras atividades como, por exemplo, fiscalizações dos estoques governamentais, seguro rural, etc. Ou seja, não foram usadas verbas exclusivas do cadastramento.			

Quadro 7.13 – Percentual de Fiscalizações Realizadas

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas			
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas			
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2008			132,63
2009			206,92
2010			104,75
2011			101,82
2012	Meta:	100,00	Realizado:
			100,00
Análise: Para o ano de 2012, a meta de fiscalizações realizadas foi cumprida.			

Quadro 7.14 – Custo por Fiscalização Realizada

Nome: Custo por Fiscalização Realizada				
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada				
Meta: Menor que o do exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas				
Fonte: X = Siaf e Y= Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2008				216,10
2009				143,29
2010				113,96
2011				233,33
2012	Meta:		Realizado:	417,71
Análise: O aumento no custo unitário da fiscalização ocorreu em função da vinda de técnico de outra superintendência e o acompanhamento da doação de arroz para a Bolívia				

Quadro 7.15 – Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos

Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo programado				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y)*100]				
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada				
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis				
Resultados:				
2008				191,92
2009				214,00
2010				103,38
2011				109,13
2012	Meta:	100,00	Realizado:	100,00
Análise: A meta foi atingida em sua plenitude.				

Quadro 7.16 – Índice de Perdas em Armazenagem

Nome: Índice de Perdas em Armazenagem				
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2008				1,09
2009				0,00
2010				0,05
2011				1,24
2012	Meta:	0,00	Realizado:	0,10
Análise: As perdas em armazenagem ocorrem em função do tempo de depósito dos produtos (perda de matéria seca por respiração), por ataque de pragas dos grãos armazenados, uso inadequado da aeração, etc. Em função destes fatores houve uma perda.				

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e plena execução. O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

Em continuidade a renovação do parque tecnológico, no exercício de 2012 foram adquiridos 13 (treze) novos microcomputadores, desta forma, o parque de informática da Superintendência Regional possui atualmente 133 (cento e trinta e três) equipamentos microcomputadores (CPU), 103 (cento e três) impressoras e 11 (onze) notebooks. Destes equipamentos, 35 (trinta e cinco) estão com mais de cinco (5) anos de uso, sem garantia e frequentemente apresentam problemas, e portanto, foram destinados a processo de alienação, para venda em leilão como bens inservíveis a Administração.

A área de informática, subordinada ao Setor de Desenvolvimento Empresarial - Sedem, conta apenas com 02 (dois) estagiários de TI para suporte ao usuários (enquadrados como nível superior) que atendem a Sede e também as Unidades Armazenadoras, não havendo estes profissionais no quadro de efetivos.

Para sanar tais dificuldades, temos realizado gestão junto a Matriz, com a exposição de motivos e plano de providências a se adotar na solução dos problemas.

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Com a descontinuidade do Planejamento Estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas.

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

10.1. Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana-de-açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos qualiquantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2012, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas apontaram que a safra 2011/12 nacional foi de 166,17 milhões de toneladas, superior à safra anterior em 2,05%, de acordo com o levantamento da safra de grãos realizado em fevereiro/2013, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 50.885 mil hectares, superior à da safra anterior (2011/12) em 2,0% (997 hectares).

Com relação ao estado de Mato Grosso do Sul a área plantada em 2012 foi de 3.256,3 mil há e uma produção de 11.610,4 mil ton., um aumento de área de 290,9 mil há em relação a safra de grãos 2011.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab busca cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo aos agentes governamentais informações sobre a evolução da produção agrícola, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos qualitativos, a situação das lavouras cultivadas no Mato Grosso do Sul. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira

estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento da cultura e durante a colheita. O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como Agrônomos, Técnicos de Cooperativas, Agentes Financeiros, Revendedores de Insumos, Empresas do Agronegócio, Secretarias de Agricultura e Órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas mensais, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos.

Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

A prioridade para o próximo exercício é somar esforços no atendimento ao agricultor familiar, como forma de incentivar a produção, comercialização e agregação de valor ao produto, visando substituir pela produção local, principalmente da agricultura familiar, os produtos oriundos de repasses entre mercados ou originários de localidades fora das respectivas áreas de abrangência. Informações tais como preços e quantidades de produtos comercializados pelos mercados, especificações técnicas dos principais produtos hortícolas, conjunturas sobre preços pagos ao produtor, banco de oferta e procura de produto, cadastro de permissionários, e outros assuntos de interesse do setor.

Quadro 10.1 - Comparativo de Área e Produção de Grãos em MS

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr a		Variação		Safr a		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	61,0	62,2	0,0	1,2	139,6	148,0	0,0	0,0
Arroz	29,0	18,0	0,0	-11,0	156,2	105,4	0,0	0,0
Aveia	8,3	7,0	107,5	-1,3	10,0	7,5	117,4	5,4
Canola	3,3	2,3	73,7	-1,0	4,1	2,4	86,4	1,9
Feijão total	19,2	17,8	0,0	0,0	21,7	20,1	0,0	0,0
Feijão 1ª safra	2,3	0,9	0,0	-1,4	3,8	1,4	0,0	0,0
Feijão 2ª safra	16,5	16,5	0,0	0,0	17,3	18,2	0,0	0,0
Feijão 3ª safra	0,4	0,4	0,0	0,0	0,6	0,5	0,0	0,0
Girassol	4,6	4,6	0,0	0,0	6,1	5,8	0,0	0,0
Milho total	1.025,4	1.049,4	0,0	0,0	3.530,4	3.687,0	0,0	0,0
Milho 1ª safra	46,0	70,0	0,0	24,0	308,2	455,0	0,0	0,0
Milho 2ª safra	979,4	979,4	0,0	0,0	3.222,2	3.232,0	0,0	0,0
Soja	1.760,1	1.815,0	0,0	54,9	5.169,4	5.445,0	0,0	0,0
Sorgo	48,5	48,5	0,0	0,0	121,3	121,3	0,0	0,0
Trigo	38,6	32,0	0,0	-6,6	73,3	42,9	0,0	0,0
Total MS	2.998,0	3.056,8	0,0	0,0	9.232,1	9.585,4	0,0	0,0

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr a		Variação		Safr a		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	61,0	62,2	2,0	1,2	139,6	148,0	6,0	8,4
Arroz	29,0	18,0	-37,9	-11,0	156,2	105,4	-32,5	-50,8
Aveia	8,3	7,0	-15,7	-1,3	10,0	7,5	-25,0	-2,5
Canola	3,3	2,3	-30,3	-1,0	4,1	2,4	-41,5	-1,7
Feijão total	19,2	17,8	-7,3	-1,4	21,7	20,1	-7,4	-1,6
Feijão 1ª safra	2,3	0,9	-60,9	-1,4	3,8	1,4	-63,2	-2,4
Feijão 2ª safra	16,5	16,5	0,0	0,0	17,3	18,2	5,2	0,9
Feijão 3ª safra	0,4	0,4	0,0	0,0	0,6	0,5	-16,7	-0,1
Girassol	4,6	4,6	0,0	0,0	5,5	5,8	5,5	0,3
Milho total	1.025,4	1.049,4	2,3	24,0	3.530,4	3.687,0	4,4	156,6
Milho 1ª safra	46,0	70,0	52,2	24,0	308,2	455,0	47,6	146,8
Milho 2ª safra	979,4	979,4	0,0	0,0	3.222,2	3.232,0	0,3	9,8
Soja	1.760,1	1.815,0	3,1	54,9	5.169,4	5.445,0	5,3	275,6
Sorgo	48,5	48,5	0,0	0,0	121,3	121,3	0,0	0,0
Trigo	38,6	32,0	-17,1	-6,6	73,3	42,9	-41,5	-30,4

A área cultivada no Mato Grosso do Sul na safra 2010/2011, com as culturas de algodão, arroz, aveia, canola, feijão, girassol, milho, soja, sorgo e trigo, foi de aproximadamente 2,99 milhões de hectares, com aumento da área plantada de 6,8% (192,1 mil hectares) à cultivada na safra anterior, 2009/2010. O aumento na área cultivada, ocorreu basicamente nas culturas de Algodão, Milho e Soja, que foram favorecidas pelos preços remuneradores, praticados tanto no mercado interno como externo.

Por outro lado a produção nas principais culturas do Estado, milho e soja foram prejudicadas pelas adversidades climáticas, ou seja, pelo excesso de chuvas no período da colheita de soja, o que ocasionou o atraso no plantio do milho safrinha, onde boa parte foi plantado fora do Zoneamento Agrícola, ficando exposta a período de estiagem o que prejudicou o desenvolvimento da cultura e consequente produtividade, que teve uma redução de 3,5% em relação a safra anterior, que em números absolutos significou a produção de menos 336,6 toneladas no conjunto das principais culturas.

Quadro 10.2 - Percentual de Pesquisas de Safras

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				150,00
2008				100,00
2009				100,00
2010				100,00
2011				100,00
2012	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise: Todos os levantamentos à campo foram realizados satisfatoriamente.				
Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				96,81
2008				61,82
2009				78,06
2010				91,21
2011				65,27
2012	Meta:	100,00	Realizado	80,53
Análise: Quanto a Execução Financeira, a meta de gastos ficou abaixo do previsto, tendo em vista que os levantamentos à campo foram realizados em menor número de dias, com devolução de diárias.				

Fonte: Geasa

10.1.1 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras da cultura da cana-de-açúcar

A Conab, em cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, realiza o Levantamento da Safra 2011/2012 de Cana-de-açúcar. Na metodologia empregada pela Companhia para realizar este levantamento estão programadas visitas de empregados a todas as unidades de produção em atividade no país. Este contato direto com as fontes de informação

permite manter uma forte interação com este ramo de atividades e, com o preenchimento dos questionários, apurar um conjunto de informações que permite inferir, com elevado nível de acuidade, a situação geral deste importante setor da produção agrícola.

O levantamento tem a finalidade de colher informações sobre a área cultivada, produtividade, produção, Açúcar Total Recuperável - ATR, produção de açúcar, produção de álcool, e consumo de energia, tipo de colheita, dentre outras e comparar com os outros levantamentos realizados para avaliar a evolução ou involução da safra em si. Através destes dados obtidos é detectada a ocorrência de chuvas e a qualidade da cana, principalmente do teor de sacarose.

Durante o exercício de 2012 foram realizados três levantamentos para acompanhamento da safra da cultura da cana-de-açúcar. A pesquisa de campo com aplicação de questionários diretamente nas unidades industriais ou escritórios agrícolas das Usinas de Açúcar e Álcool instaladas no estado permitiu apurar os dados abaixo apresentados.

Quadro 10.3 - Comparativo de área, produtividade e produção – Safras 11/12 e 12/13

REGIÃO/UF	ÁREA (em mil hectares)			PRODUTIVIDADE (em kg/ha)			PRODUÇÃO (em mil toneladas)		
	Safra 11/12	Safra 12/13	var %	Safra 11/12	Safra 12/13	var %	Safra 11/12	Safra 12/13	var %
MS	480,86	542,70	12,86	70.682	68.175	-3,5	33.998,1	36.998,6	8,8
Brasil	8.368,40	8.520,54	1,8	68.289	69.846	2,3	571.471,0	595.126,6	4,1
Participação MS	4,9%	5,7%	-	103,5%	97,6%	-	5,4%	6,2%	-

Fonte: Conab

A área plantada no estado aumentou em 12,9 % em relação à safra anterior e a produção passou de 33.998,1 para 36.998,6 mil toneladas, o que representou acréscimo da ordem de 8,8%. Do total produzido no estado, 1.708,8 mil toneladas destinaram-se à fabricação de açúcar, e 1.844.441,5 mil litros a produção de álcool.

Quadro 10.4 - Produção de Açúcar e Álcool

REGIÃO/UF	SAFRA		VARIÇÃO		TOTAL	TOTAL	VARIÇÃO	
	2011/2012	2012/2013	%	Absoluta	Safra 11/12	Safra 12/13	%	Absoluta
MS	1.575,0	1.708,8	8,5%	133,8	1.596.334,8	1.844.441,5	15,5%	248.106,7
Brasil	36.882,6	37.664,2	2,1%	781,6	22.857.589,3	23.624.129,1	3,4%	766.539,8
Participação MS	4,27%	4,54%	-	-	7,0%	7,8%	-	-

Fonte: Conab

Cabe salientar que, embora a área plantada no estado tenha aumentado em 12,86 % resultando em aumentos de produção de Açúcar e Álcool, com destaque para o álcool ou seja no caso do açúcar uma variação positiva de 8,50% e para o álcool houve uma maior produção de 15,5% em relação ao ano anterior, fator esse explicáveis tendo em vista as boas condições climáticas ocorridas no ano de 2012.

10.2 - Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos

A Companhia Nacional de Abastecimento, empresa vinculada ao Ministério da Agricultura, tem sido responsável pela elaboração e atualização de custos relacionados com culturas temporárias, semi-perenes e permanentes, além de produtos ligados à avicultura, suinocultura, caprinocultura, atividade leiteira, extrativismo e sociobiodiversidade.

O Custo de Produção Agrícola, compõe o portfólio de ações e serviços desempenhados em âmbito nacional, como importante ferramenta na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas agrícolas.

O que se observa é que há uma constante mudança no ambiente da agricultura tais como: o desenvolvimento tecnológico com máquinas, implementos e benfeitorias; alterações nas relações trabalhistas; modificações nas legislações, principalmente com mudas e sementes; uso da água na atividade agropecuária; seguro rural; fertilizantes e agrotóxicos. Essas evoluções dinamizam a atualização da metodologia de elaboração dos custos de produção agrícola.

No Mato Grosso do Sul, o levantamento do custo de produção de máquinas, implemento, benfeitorias e insumos que abrange sementes, fertilizantes, inseticida, herbicida, fungicida e serviços de mão de obra, são coordenados pela Superintendência que através de suas unidades armazenadoras de Chapadão do Sul e Dourados, dois polos produtores, que possuem uma agricultura forte, e representações das principais empresas ligadas a agricultura. Nossos técnicos, junto aos informantes, preenchem mensalmente planilhas com os principais dados de equipamentos e custos referentes aos mesmos. De posse das informações o Setor de Apoio a Logística e Gestão da Oferta - Segeo, insere os dados no SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento, que são compilados pela Matriz.

Outras 07 (sete) Unidades Armazenadoras da Conab colaboram com o envio semanal de preços, no *atacado e pago ao produtor*, dos principais produtos agrícolas de Mato Grosso do Sul, que são analisados e inserido no Siagro. O Segeo complementa os preços semanais, coletando preços via telefone para borracha (látex), leite de vaca, raiz de mandioca, tomate, amendoim, e boi gordo.

11. GESTÃO DE PESSOAS

11.1. Alocação de Servidores

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou somente dois concursos (em 2005 e em 2006), para atender as demandas das Regionais. O reduzido número de vagas ofertados nos concursos não atendeu a demanda das Superintendências.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

Do ano de 2004 à 2012 a Sureg/MS, readmitiu 28 anistiados, distribuindo-os para as áreas meio e fim. Porém esses colaboradores não supriram a necessidade de pessoal qualificado, pois carecem de formação técnica ou acadêmica para atender as demandas, justificando dessa forma, a contratação de funcionários com formação/nível superior e específica para cada área.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, são necessários remanejamentos dentro da unidade orgânica. Caso a Superintendência Regional não tenha colaborador com o perfil adequado para algum cargo em específico, a UJ envia solicitação de Recursos Humanos a Matriz para esta replicar o pedido para todos os estados (para se verificar a disponibilidade de empregados que atendam requisitos e que tenham interesse em transferência).

11.2. Comunicação na Instituição

A comunicação de informações importantes ao corpo funcional (público interno) da Regional se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – O informativo é uma forma rápida de comunicação impressa da Empresa com seus empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet – Este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc. Este veículo de informação tem suas notícias centralizadas na Matriz.

A Sureg/MS dispõe ainda de 03 (três) quadros de aviso, de fácil visualização, disponível para empregados e clientes e 01 quadro de aviso em cada unidade armazenadora.

As ações voltadas ao público externo têm por objetivo levar ao conhecimento da sociedade o papel institucional da Companhia. Para isso, a Matriz executa um conjunto de iniciativas voltadas para orientar as Superintendências Regionais para o bom relacionamento com a mídia, à participação em feiras e exposições, em eventos de caráter político-institucional e em cerimônias públicas.

11.3 Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

A Gestão do Clima Organizacional tem o objetivo de retratar, a partir da percepção compartilhada dos empregados, o contexto organizacional do momento pesquisado, contemplando políticas, práticas, padrões e procedimentos da Companhia.

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, em todas as Regionais e na Matriz, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa. A divulgação dos dados só foi realizada em 2012 e não houve manifestação da Presidência da empresa sobre o plano de ação.

A Companhia decidiu realizar, em todo o país, outra Pesquisa de Clima Organizacional no mês de março de 2013. Observa-se que as pesquisas de Clima Organizacional são centralizadas na Matriz.

O ambiente de trabalho é constituído de duas partes distintas: a física (instalações, móveis, decoração etc) e a social (as pessoas que interagem). Para melhorar as condições do ambiente físico de trabalho aos colaboradores, a Regional promove periodicamente adequações em sua sede.

Quanto ao aspecto social do ambiente de trabalho, sabemos que cada pessoa tem objetivos diferenciados, podendo entrar em conflito com a própria empresa (exemplo disso são as diversas ações trabalhistas dos empregados contra a Conab).

11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

Quadro 11.1 – Treinamento por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos		Homens/hora Treinados		Média de carga/horária por participante	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Administrativa	22	2	67	32	3,05	16
Auditoria	--	1	--	36	-	36
Comunicação Social	--	53	--	530	-	10
Educação e Desenvolvimento	6	1	728	480	121,25	480
Financeira	2	12	16	432	8	36
Gerencial	--	-	--	-	-	-
Informática	--	-	--	-	-	-
Jurídica	-	3	--	64	-	21,34
Operacional	-	-	--	-	-	-
Planejamento	24	6	218	546	9,08	91
Qualidade	-	-	--	-	-	-
Total	54	78	1.029	2.120	19,05	19,05

Fonte: Sumoc/Gecap

Durante o ano de 2012 a Sureg/MS promoveu treinamento para 78 colaboradores, representando um incremento de 44,4% em relação ao ano imediatamente anterior. Como se denota do percentual significativo alcançado, foi consequência da política de incentivo e informação.

11.5. Informações sobre Recursos Humanos da Conab

a) Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 11.2 – Força de Trabalho da UJ – por situação funcional

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregado em Cargos Efetivos	Não há	101	0	1
1.1. Cargos de Carreira	-	101	0	1
2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)	Não há	0	0	0
2.1. Diretor	-			
2.2. Assessor	-			
2.3. Requisitado	-			
3. Conselheiro de Administração / Fiscal	Não há			
4. Pensão Vitalícia	Não há			
5. Total de Empregados (1+2+3+4)		101	0	1

Fonte: Dige/Sugep

A figura acima demonstra que o efetivo da Sureg/MS reduziu em relação ao ano anterior (quando o quantitativo efetivo era composto por 104 colaboradores), ocasionado pela transferência de 02 (dois) empregados para o Estado do Amapá, e o desligamento por falecimento de 01 empregado. Em contrapartida, a Sureg/MS recebeu por transferência 01 (hum) empregado egresso do estado de Santa Catarina.

Quadro 11.3 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2)	0
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	
2. Afastamentos (2.1+2.2)	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	2
3. Licença Remunerada (3.1+3.2)	0
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	
3.2. Licença Maternidade – Empresa Cidadã – 60 dias	
4. Licença não Remunerada (particular)	
5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)	2

Fonte: Dige/Sugep

O perfil dos empregados afastados do trabalho até 31.12.2012, identificados no *tipo 2*, reforça a necessidade da realização de concurso público, permitindo assim, renovar o quadro de empregados desta Sureg/MS.

b) Composição do quadro de estagiários

Quadro 11.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
1. Nível Superior	14	12	13	13	
1.1 Área Fim	0	0			
1.2 Área Meio	14	12	13	13	114.280,24
2. Nível Médio	0	0	0	0	
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	14	12	13	13	114.280,24

Fonte: DigeP/Sumoc

A Sureg/MS contou em 2012 com a colaboração de 13 estagiários de nível superior, atendendo as Unidades Armazenadoras e a sede da Superintendência, com custo anual de R\$ 114.280,24 (salário e vale transporte).

c) Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro 11.5 – Demonstrativo de Custos de Pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2010	4.121.629,10	-	-	-	217.545,00	792.459,24	-	236.916,60	-	5.368.549,94
	2011	5.639.477,36	-	-	-	115.090,00	829.251,64	-	4.128,98	-	6.587.947,98
	2012	6.512.645,48	-	-	-	18.450,00	981.702,22	-	173.575,24	-	7.686.372,94
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2010	4.573.106,20	-	1.684.306,80	-	76.625,00	538.065,22	-	234.434,66	-	7.106.537,88
	2011	4.634.824,52	-	1.812.235,00	-	5.828,00	522.418,06	-	-	-	6.975.305,58
	2012	5.295.681,82	-	1.929.736,16	-	-	556.061,04	-	150.013,40	-	7.931.492,42
Pensão Vitalícia											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Obs: no quadro acima não estão inclusos os encargos sociais: FGTS, INSS, Seguro de Vida, Salário Educação, SENAC, SESC, SEBRAE, etc.

Fonte: DigeP/Sugep

O percentual de crescimento (16,67%) apontado para os servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão, referente ao ano base de 2012 não significa que os salários tiveram evolução equivalente ao índice acima registrado, até porque, parte desse percentual refere-se ao reajuste de salário ocorrido no mês de setembro/11 (data-base), porém só quitados a partir da FOPAG janeiro/12, além do crescimento de benefícios assistenciais e previdenciários que foi de 13,71%, conforme se denota do quadro acima.

Com relação a índice (13,71%) de servidores ocupantes de função gratificada, ocorreu por força de incorporações administrativas de gratificações de funções, bem como, reajuste do valor da tabela, em razão do Acordo Coletivo de Trabalho, que ocorreu em setembro/11, porém concretizado em janeiro/12.

Quadro 11.6 – Demonstrativo de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	2	3	7	6	0	35	0	7	5	1	0	0	0
1.1. Em Cargo de Carreira		2	3	7	6		35		7	5	1			
2. Empregado em Função Gratificada	0	0	3	1	1	0	9	0	12	6	3	0	0	0
2.1. Cargos de Carreira			3	1	1		9		12	6	3			
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)														
2.3. Requisitado														
3. Totais (1+2)	0	2	6	8	7	0	44	0	19	11	4	0	0	0

LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: Dige/Sugep

Conforme se depreende do quadro acima, o quantitativo de empregados enquadrados no cargo de TNS (19), representa apenas 18,45% do total lotados na SUREG/MS, justificando desta forma, a necessidade de contratação imediata de mais funcionários para atender as áreas mais carentes, tais como: TI, administradores, engenheiros de segurança, economistas.

Quadro 11.7 – Demonstrativo de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Empregado de Cargo Efetivo	1	2	16	36	11
1.1. Em Cargo de Carreira	1	2	16	36	11
2. Empregado em Função Gratificada	0	4	14	16	1
2.1. Cargos de Carreira		4	14	16	1
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitado					
3. Totais (1+2)	1	6	30	52	12

Fonte: Dige/Sugep

No quadro acima, a composição de empregados por faixa etária mais avançada, está representada da seguinte maneira: faixa etária acima de 60 anos, 12% do quadro efetivo, sendo que destes, 06 (seis) encontram-se aposentados pelo INSS, permanecendo no quadro efetivo. Na faixa etária de 51 a 60 anos, o percentual de empregados efetivos é de 51%, o que representa a necessidade imperiosa de realização de concurso público, para suprir a carência de empregados.

Quadro 11.8 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções Gratificadas	-	33	2	3
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		33	2	3
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
2. Total de Empregados com Função Gratificada	-	33	2	3

Fonte: Digep/Sugep

d) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços**Quadro 11.9 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de mão-de-obra**

Unidade Contratante														
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento														
UG/Gestão: 135192 – 22211							CNPJ: 26.461.699/0137-54							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	4	O	006-11	12.624.167/0001-02	02/01/12	02/01/14		1						P

Observações:

LEGENDA

Área:

- Segurança;
- Transportes;
- Informática;
- Copeiragem;
- Recepção;
- Reprografia;
- Telecomunicações;
- Manutenção de bens móveis;
- Manutenção de bens imóveis;
- Brigadistas;
- Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
- Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Conab-Sureg/MS

Quadro 11.10 – Contratos de Prestação de Serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135192 – 22211							CNPJ: 26.461.699/0137-54								
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2012	V	O	001-2012	04.923.655/0001-92	11/03/12	11/04/14	-	33	-	0	-	0	P	-	33
2012	L	O	006-2011	12.624.167/0001-02	02/01/12	02/01/14	-	3	-	0	-	0	P	-	3

Observações:

Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Conab-Sureg/MS

e) Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Quadro 11.11 – Admissões, Demissões, Concessão de aposentaria e pensão

UNIDADE	EXERCÍCIO			
	2012		TOTAIS	
	ADMISSAO	DEMISSÃO	ADMISSAO	DEMISSÃO
MS	0	1	0	1

Fonte: Conab-Sureg/MS

Durante o exercício de 2012 não ocorreu admissões, seja por concurso público ou retorno de anistiados. Ocorreu apenas 01 (uma) demissão de empregado (por falecimento). O quadro demonstra a necessidade de realização de concurso público para provimento de cargos no âmbito da Sureg/MS.

f) Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

11.5.1 – Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

11.5.2 – Recomposição do Quadro de Pessoal

Em 2012 foi realizado concurso público para preenchimento de 155 vagas de analistas de nível superior, no âmbito Matriz. No entanto, não há previsão de vagas para atender as Superintendências Regionais. Entretanto, é premente há necessidade de se contratar novos empregados, principalmente para cargos de nível médio, face a idade avançada da maioria dos empregados.

11.5.3 - Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Quadro 11.12 – Indicadores gerenciais de RH

1	Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	--	--	--
	Análise: As análises estatísticas são efetuadas pela área de pessoal/Matriz			
2	Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO.	68,93%	39,42%	16,50%
	Análise: o total de exames efetivamente realizado, foi de 71 (setenta e um) correspondendo a 68,93%, do total de 94 kits/exames expedidos e entregues aos empregados.			
3	Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Lotação Médio	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades.	--	0,96	--
	Análise: A ausência de ocorrência de acidente de trabalho no âmbito da Sureg/MS, resulta, principalmente, do controle de entrega de equipamentos de proteção individual – EPI e da conscientização dos empregados sobre a necessidade/obrigatoriedade de uso desses equipamentos, bem como, da visualização das áreas de riscos nos armazéns do MS, em cumprimento as NR's e ao Programa Preventivo de Riscos Ambientais – PPRA.			
4	Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	18,81%	18,27%	18,45%
	Análise: A evolução percentual do quadro de empregados com nível superior, foi consequência do ingresso por transferência de 01 (um) empregado engenheiro agrônomo da Sureg/SC para a Sureg/MS.			

11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Segundo o inciso XVII do art. 37 da CF/88, a proibição de acumular estende-se a empregos e funções públicas e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público. Os acúmulos permitidos também estão listados no art. 37 da CF/88.

O artigo 18 dos Regulamentos de Pessoal da Conab (10.105 e 10.106), versa sobre a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos (ressalvados os previstos em lei), sendo que, caso haja acúmulo, o empregado devesse comunicar a área competente, até a data de sua contratação, a sua opção. O não cumprimento do artigo pode ocasionar nulidade de contrato de trabalho do empregado.

Já quanto a periodicidade de averiguação de ocorrência de acúmulo de cargos de seus empregados, a Superintendência Regional não definiu controle interno específico para tal finalidade, sendo a atuação da empresa meramente reativa, ou seja, quando constatada multiplicidade de vínculos empregatícios, cabe aos gestores adotarem providências, visando à identificação dos casos de acumulação lícita e a elucidação das situações ilícitas encontradas.

No ano de 2012 não foi verificado nenhuma situação irregular de empregados lotados na Regional, logo não houve processo administrativo disciplinar aberto sobre tal situação.

11.7 - Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/Matriz e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU – Brasília/DF).

Quadro 11.13 - Identificação da Unidade - CIBRIUS

NOME	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012 (com valores referentes ao mês de competência)

O quadro de pessoal da SUREG/MS é composto por 101 (cento e um) empregados, dos quais, 56 (cinquenta e seis) são participantes ativos do CIBRIUS. A Contribuição paga a patrocinadora no exercício de 2012, no âmbito nacional foi de R\$ 15.179.741,18, para 1.539 participantes. A contribuição paga dos participantes da Sureg/MS, foi de R\$ 476.854,47, representando 3,14% da contribuição nacional.

Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012 (com valores referentes ao mês de competência) Fonte Siafi/Sisdre contas Contábeis [331900703](#) e [331900701](#)

A CONAB, no exercício de 2012 efetuou suas contribuições ao CIBRIUS, no montante de R\$ 15.173.095,7, para o quantitativo de 1.537 participantes. O Valor pago relativo aos participantes da Sureg/MS foi de R\$ 470.962,47, representando 3,10% do total dos ativos.

Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS

O quadro de participantes assistidos (aposentados e pensionistas) do CIBRIUS é composto por 1.317 participantes, dos quais 37 beneficiários pertenceram ao quadro da Sureg/MS, representando 1,36% do quantitativo nacional.

Resultado financeiro do CIBRIUS

(objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

**Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral
Plano de Benefício Definido – Dezembro 2012**

RENDA FIXA			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,91%	15,51%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,42%	8,66%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,32%	2,61%
Rentabilidade x Benchmark		-0,32%	2,61%

RENDA VARIÁVEL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		4,35%	10,60%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 11% a.a	1,62%	17,92%
Benchmark	IBr-X	5,05%	11,84%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		3,84%	4,04%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		2,69%	-6,20%
Rentabilidade x Benchmark		-0,66%	-1,10%

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		28,35%	130,70%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Benchmark	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		27,73%	117,02%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		27,00%	108,86%
Rentabilidade x Benchmark		27,00%	108,86%

IMÓVEIS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,41%	27,92%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		-0,08%	20,33%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,81%	13,65%
Rentabilidade x Benchmark		-0,81%	13,65%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,58%	16,46%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,09%	9,55%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		0,34%	3,45%
Rentabilidade x Benchmark		0,34%	3,45%

CARTEIRA GERAL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,53%	16,76%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,04%	9,84%
Rentabilidade x Benchmark		0,30%	3,72%

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013

Os resultados da Carteira Geral alcançaram 9,84% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1% e 3,72% quando comparados com INPC+6%.

Demonstrativo da Posição das aplicações do CIBRIUS (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas

de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a Resolução n.º 3.456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.ºs 108 e 109/2001.

Análise das conclusões do Parecer Atuarial Anual do CIBRIUS (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Analisando o parecer Atuarial da lavra da ATU-VERITA – Assessoria e Consultoria Atuarial, sobre o Plano de Benefícios em âmbito nacional, depreende-se que:

- em decorrência da NÃO contratação de dívidas e a não amortização das insuficiências o custo do serviço passado a amortizar AUMENTOU, de 255,54% para 294,08% sobre “folha de salários de participação dos ativos;
- em razão de alterações de hipóteses atuariais, o custo normal do plano para o exercício seguinte passou de 17,47% pra 19,93 sobre o total da folha de salários dos participantes, representando um aumento de 2,46%.
- a atualização das provisões matemáticas mediante aplicação do índice do plano (TR acrescida da taxa de juros de 6% aa.) apresenta descompasso em relação à meta atuarial ou ao reajuste (crescimento) dos salários dos participantes ativos, cujas negociações coletivas asseguram, no mínimo, a inflação do período medida pelo IPCA ou INPC;
- o grupo de custeio está exposto a riscos atuariais (risco de sobrevivência e retorno dos investimento; crescimento real de salário; oscilação da média dos últimos 36 salários de participação que formam o SRB, além do teto que limita os salários de contribuição; risco do índice indexador do plano; redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes e conseqüente envelhecimento da massa de participantes e, maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos; considerando os atuais 829 iminentes como se já estivessem aposentados, a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 344% das receitas de contribuição e caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio; além de riscos devido a fatos estruturais, a atual situação do plano quanto a reservas a amortizar, risco pelo atual grau de capitalização do plano com cobertura das Reservas, sendo que os Benefícios a Conceder a cobertura corresponde a apenas 28% das reservas matemáticas, ou seja, no momento o plano está insolvente.);
- o déficit técnico deve ser equalizado observando o valor apurado em 31/05/2000, R\$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (INPC + 6%) devendo ser alterado o índice de correção dos benefícios concedidos por um índice que efetivamente represente a inflação, como também a aplicação de outro regime financeiro de capitalização, vez que o Crédito Unitário Projetado (PUC) tem perspectiva de evolução crescente de taxa de custeio, caso o plano não tenha ingresso de novos participantes;

Por conseguinte, sob pena de agravamento da situação de insolvência e em face do envelhecimento da massa, redução do grupo e da restrição de ingresso de novos participantes, o equacionamento das insuficiências se reveste de caráter prioritário, exigindo medidas efetivas e diligentes dos Gestores do Cibrius e da Conab quanto ao encaminhamento/ajustamento das posições da STN, já manifestada em Nota Técnica e, por outro lado do DEST, que até o encerramento do exercício não havia se manifestado formalmente, embora tenha participado de reuniões sobre o

assunto.

Cabe acrescentar contudo, que por meio da Nota Técnica n.º 48/CGINP-MP, de 07/02/2013, o DEST se manifestou nos seguintes termos:

Item 27 - “Considerando que este Departamento, permanentemente, tem participado da condução do assunto em tela junto a STN/MF e, portanto, concordando com os encaminhamentos exarados em Nota Técnica daquele órgão, reafirmamos a necessidade de se promover a solução de consenso, até aqui debatida e acordada entre todos os órgãos envolvidos, quais sejam: DEST, STN, MAPA, PREVIC, CONAB e CIBRIUS, cuja finalidade, até o momento, foi evitar nova intervenção e possível liquidação do plano, quais sejam:

- a) fechamento imediato do atual plano de benefício;*
- b) implantação imediata de novo plano;*
- c) saldamento do atual plano, respeitando os limites exarados nesta Nota;*
- d) contratação do valor de responsabilidade exclusiva da Conab no prazo a ser acordado junto a Previc e a taxa de juros não superior a meta-atuarial vigente; e*
- e) providências visando redução de custo administrativo, considerando a hipótese de transferência de gerenciamento dos planos de benefícios e extinção do Cibrius.”*

Item 28 - “Assim, sugerimos que este Departamento se manifeste favoravelmente ao encaminhamento dado pela STN/MF e corroborado nesta Nota Técnica, oficiando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.” Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.”

A referida Nota Técnica foi aprovada pelo titular do citado Departamento, encaminhada à CONAB por intermédio do MAPA, encontrando-se, no momento (mai/13), em fase de estruturação/formalização dos instrumentos legais, com vistas a aprovação dos órgãos colegiados da EFPC e da Patrocinadora CONAB e posteriormente à PREVIC para ratificação.

Considerando os encaminhamentos e providências adotadas, o assunto deverá ser equacionado em 2013 e os problemas solucionados.

12 - PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

Neste capítulo trataremos sobre o cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Sureg/MS.

Explicitamos que não houve ocorrência na Regional dos seguintes subitens requeridos pela DN TCU 119, de 18.01.12. São eles: **Transferências mediante Convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres** (todos os instrumentos citados e são realizados diretamente pela Conab Matriz com outros órgãos e/ou ministérios, ficando as UJ's apenas com a execução das ações), **Composição dos Investimentos da Empresa** (conforme regimento Interno a composição dos investimentos é centralizada na Matriz, logo tal informação será apresentado somente no RG da Conab-Matriz) e **Parecer da Auditoria Independente** (a contabilidade da Companhia é centralizada na Matriz, logo este tipo de auditoria ocorre somente na Conab-Matriz).

12.1 - Programas e Ações do PPA

O planejamento de execução física e financeira da Conab Nacional tem metas previstas para diversas ações. O desenvolvimento dessas metas e o seu acompanhamento (meta realizada) é feito pela Conab Matriz, ficando a cargo das UJ's apenas a execução das ações. No quadro abaixo observamos o quadro geral da execução física e financeira da Sureg-MS no ano de 2012.

Quadro 12.1 – Ações orçamentárias da UJ

z	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Produto Adquirido (t)	249.120	-	10.000.000,00	707.209,76
		011F	2829 - Recuperação da Rede Própria	Unidade Modernizada	5	8	310.153,26	177.599,17
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fiscalização realizada	70	73	100.000,00	45.177,02
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesquisa realizada	12	12	60.000,00	48.322,01
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	3.400.000,00	3.318.186,22
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	3.500.000,00	3.394.684,18
			2004 - Assistência Médica	Pessoa beneficiada	340	329	500.000,00	484.276,14
			2011 - Auxílio-transporte	Servidor beneficiado	70	78	15.000,00	13.273,80
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor beneficiado	95	97	600.000,00	597.208,62
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor beneficiado	80	78	50.000,00	40.191,55
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	00H2 - Pgto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	28.500,00	28.308,21

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

Considerando as ações institucionais desenvolvidas pela UJ, verifica-se o cumprimento satisfatório das metas físicas, otimizando os recursos humanos e financeiros, com a aplicação de conhecimento e controle sobre as ações desenvolvidas. Estes resultados dão a segurança necessária para planejamentos das ações vindouras, exceto nos itens abaixo, dado o alto grau de sensibilidade a eventos interno e externos ao âmbito da Administração.

Ação 2130 – Formação de Estoques – fatores variáveis extremos na oferta de produtos agropecuários, comprometeram a eficácia dos mecanismos de aquisição para formação de estoques públicos operacionalizados pelo Governo Federal.

Ação 2829 – Recuperação da Rede Própria – A rede Própria de Armazéns da Conab no MS é constituída de 08 (oito) Unidades, sendo que no exercício de 2012 foram gastos R\$ 177.599,17 (cento e setenta e sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e dezessete centavos) com manutenção e modernização das mesmas, representando 57,26% do previsto. Fatores variáveis influenciaram no contingenciamento orçamentário, comprometendo a obtenção da meta financeira. No entanto, a meta física foi superada – 08 unidades atendidas de uma previsão de 05 unidades (160%).

12.1.1 – Principais Indicadores de Desempenho

Quadro 12.2 - Execução Orçamentária do Programa Auxílio-alimentação

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2011	2012		2011	2012	
Meta/Dotação Orçamentária	97	95	-2,06	540.000,00	600.000,00	11,11
Execução	97	97	0,00	538.686,44	597.208,62	10,86
Percentual de Execução	100	102,11	-	99,76	99,53	-
Gasto per capita (R\$)				5.553,47	6.156,79	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Quadro 12.3 – Indicador de Demanda de Capacitação

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação	
Descrição: Percentual de empregados treinados previstos no LOA	
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento previsto no Plano de Capacitação	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA	
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100	
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto	
Fonte: X = Siafi e Y = Sureh/Gecap	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal	
Responsável: Gerente da Gecap	
Resultados:	
2008	116,67
2009	20,17
2010	20,35
2011	47,79
2012	97,50
2012	Meta: 100,00
	Realizado
Análise: Durante o exercício de 2012 foi implementado maior incentivo aos colaboradores para a realização de treinamentos, através de parcerias, cursos virtuais, bem como, a participação da Matriz/Gecap voltadas para a demanda da Companhia, contribuindo de forma positiva para o crescimento do percentual de atendimento nas demandas, resultando em 97,5%, do total disponibilizado para a SUREG/MS	

Quadro 12.4 – Custo por Empregado Capacitado

Nome: Custo por empregado Capacitado			
Descrição: Custo por empregado capacitado			
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado			
Meta: Menor que o valor obtido no exercício anterior			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados			
Fonte: X = Siaf e Y=Sureh/Gecap			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: anual			
Responsável: Gerente da Gecap			
Resultados:			
2008			246,65
2009			322,78
2010			1.169,26
2011			138,01
2012	Meta:	100,00	Realizado
			515,28
Análise: A meta financeira prevista para o exercício de 2012 foi de R\$ 50.000,00 para 80 colaboradores. O meta realizada/custo foi de R\$ 40.191,55, para 78 colaboradores. Considerando que 97,50% dos empregados participaram de treinamentos, atingindo consideravelmente a meta, analisamos que o valor gasto foi razoável, levando em conta aumento nos custos: inscrições, passagens aéreas, estadias, etc.			

Quadro 12.5 – Execução Financeira por Empregado Capacitado

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação			
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100			
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto			
Fonte: X = Siaf e Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecap			
Resultados:			
2008			95,26
2009			92,96
2010			89,64
2011			20,70
2012	Meta:	100,00	Realizado
			80,39
Análise: Justifica-se o percentual de 80,39% do total previsto, em razão do valor dos cursos realizados pelos empregados ter ficado abaixo dos valores cobrados em períodos anteriores, fenômeno conhecido por sazonalidade.			

Quadro 12.6 – Demonstrativo de Atendimento SAS

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gebem			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2008			63,32
2009			76,96
2010			106,25
2011			108,44
2012	Meta:	100,00	Realizado
			96,77
Análise: A meta foi praticamente cumprida, não atingindo sua totalidade face restrições de algumas especialidades médicas, uma vez que estes profissionais deixaram de atender convênios pela não concordância dos valores praticados na consulta médica e tabelas.			

Quadro 12.7 – Custo por Atendimento SAS

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Custo unitário de atendimento médico, hospitalar e odontológicos do SAS			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= n° de atendimento no período			
Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gebem			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2008			1.179,04
2009			1.355,37
2010			1.658,65
2011			1.480,78
2012	Meta:	100,00	Realizado
			1.471,97
Análise: Em face da idade avançada dos empregados, julgamos que o valor do custo por atendimento, durante o ano de 2012 foi satisfatório.			

Quadro 12.8 – Execução Financeira SAS

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gebem			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2008			99,16
2009			99,13
2010			86,76
2011			93,42
2012	Meta:	100,00	Realizado
			96,86
Análise: A meta foi cumprida, de acordo com a dotação orçamentária prevista.			

Quadro 12.9 – Demonstrativo de Atendimento do Auxílio-transporte

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte			
Descrição: Percentual de atendimentos do benefício Auxílio-transporte aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= n° de empregados atendidos e Y= n° de empregados			
Fonte: X= Sureh/Gebem Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2008			83,75
2009			103,75
2010			95,00
2011			194,81
2012	Meta:	100,00	Realizado
			111,43
Análise: A meta física prevista foi para atender 70 empregados, entretanto foram atendidos 78 beneficiados.			

Quadro 12.10 – Demonstrativo de Custo por Atendimento do Auxílio-transporte

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2008				137,60
2009				132,17
2010				143,85
2011				164,36
2012	Meta:	Não determinada	Realizado	170,18
Análise: O custo per capita durante o exercício de 2012, apresentou acréscimo de 3,55% em relação ao exercício anterior (aumento de tarifa e reajuste no ACT), considerando que o valor referente a 2011 foi efetivamente de R\$ 164,36 (retificamos o valor informado no Relatório de Gestão 2011, quando apresentamos o custo per capita de R\$ 84,37).				

Quadro 12.11 – Demonstrativo de Execução Financeira do Auxílio-transporte

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2008				92,19
2009				91,42
2010				84,10
2011				97,35
2012	Meta:	100	Realizado	88,50
Análise: O valor previsto na dotação orçamentária foi de R\$ 15.000,00. O custo financeiro realizado foi de R\$ 13.273,80 para 78 colaboradores. A meta de 100% não foi atingida, motivada por empregados afastados por licenças médicas, viagens a serviço.				

12.1.2 – Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação

Considerando que a Companhia é executora governamental da política agrícola e do abastecimento em nível nacional, a Conab Matriz executa diversas ações através de termos transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres. Esses instrumentos são firmados pela Companhia com outros órgãos, entidades e/ou ministérios, e as Superintendências Regionais da empresa têm o papel de executar as atividades e ações descritas nos contratos firmados.

Para que as UJ's possam realizar tais atividades, a Matriz (centralizadora do orçamento), transfere os créditos orçamentários às Regionais. No ano anterior, Sureg/MS realizou atividades de ações de Fiscalização de Seguro Rural, Distribuição de Alimentos, Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Desenvolvimento de Quilombos.

Quadro 12.12 – Ações de outros órgãos executadas pela UJ

Programa	Ação	Valor
2014 (MAPA)	20QU - Fiscalização Seguro Rural	13.183,27
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	3.031.365,09
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	7.451.183,65
	2802 - Oper Aquisição alimentos	145.213,61
2069 (MDA)	2B81 - Aquisição de Alimentos AF	1.499.998,50
Total		12.140.944,12

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

A seguir breve análise das Ações:

a) Fiscalização do Seguro Rural

A Sureg/MS também atua na fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural. A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário. O Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento- MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor.

No ano de 2012, com técnicos lotados na própria Sureg-MS, a Companhia realizou fiscalizações do Seguro Rural em duas etapas, nos meses de Setembro e Novembro, vistoriando 54 apólices em 65 propriedades com receita de 13.183,27 (treze mil, cento e oitenta e três reais e vinte e sete centavos).

b) Ações do MDS e do MDA

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do MDA, porém executadas pela Conab através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 – Programa Aquisição de Alimentos - PAA.

12.2 - Restos a Pagar

Os valores inscritos em restos a pagar processados e restos a pagar não processados foram integralmente liquidados.

Quadro 12.13 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**

ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	65.631,70	0,00	65.631,70	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	263.047,69	-234.858,06	28.189,63	0,00

Fonte: Diafi/Sucon

12.5 - Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas

As informações relativas a este Item, estão descritas no Anexo I – página 83.

12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário**Quadro 12.14 – Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis locado de terceiros pela UJ	
	Exercício 2012	Exercício 2011
Mato Grosso do Sul	1	1
Campo Grande	1	1
Total	1	1

Fonte: Diafi/Supad

Quadro 12.15 – Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Localização Geográfica	Imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	2012	2011	
Campo Grande	4	4	Duas casas localizadas em Campo Grande, os armazéns de Glória de Dourados e Pedro Gomes e um galpão em Chapadão do Sul estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2010).
Sidrolândia	1	1	
São Gabriel do Oeste	1	1	
Chapadão do Sul	2	2	
Dourados	1	1	
Glória de Dourados	1	1	
Maracaju	1	1	
Rio Brillhante	1	1	
Cassilândia	1	1	
Pedro Gomes	1	1	
Mato Grosso do Sul	14	14	

Fonte: Diafi/Supad

Dos quatro imóveis existentes em Campo Grande-MS, 03 (três) estão em processo de venda através de Concorrência Pública, os quais são identificados pelo código/local nº 135.192.976 – Rua Alan Boaventura nº 141 – Vila Eliane, código/local nº 135.192.977 – Rua Dom Aquino, nº 2.383, centro e Patrimônio nº 806557 – Av. Duque de Caxias, nº 5735, Vila Serradinho. **B)** Dois dos Imóveis existentes em Chapadão do Sul, 01 (um) está destinado a venda, o qual é identificado pelo código/local nº 135.397.999 – localizado na Rod. MS 306 s/nº km 91. **C)** Os imóveis localizado na Rua Dos Pioneiros nº 3069, centro, Glória de Dourados, identificado pelo código/local nº 135.192.963 está destinado a venda e o localizado na Avenida Presidente Médici, 695, Vila Marcelino José Bernardo, Pedro Gomes, identificado pelo código/local nº 135.192.966, foi cedido a Prefeitura de Pedro Gomes, em 2012.

13. GOVERNANÇA E CONTROLES**13.1. Controle Interno da UJ****Quadro 13.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: os itens de controle e monitoramento, estão em processo constante de revisão e aprimoramento, conforme consta no Plano Estratégico da Companhia.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					
Fonte: Sureg-MS					

13.4 – Resultados e Conclusões

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos, decorrente da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários e para despesas com diárias e passagens, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da Unidade Jurisdicionada – Sureg/MS.

Campo Grande – MS, 31 de maio de 2013.

ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Balanco Patrimonial**

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE	3.989.785.632,16	4.735.555.770,99
DISPONÍVEL	1.062.948,21	1.060.620,29
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.257.680.697,73	1.049.032.903,78
CRÉDITOS A RECEBER	836.574.305,27	751.495.446,69
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	415.358.599,17	292.645.279,10
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.747.793,29	4.892.177,99
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.730.990.524,25	3.685.418.718,01
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.461,97	43.528,91
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.052.429,58	573.912.136,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	440.680.922,16	317.083.667,52
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	138.972.505,18	131.473.814,53
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	301.708.416,98	185.609.852,99
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	78.259.470,34	80.222.308,20
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	171.051.777,13	176.527.368,99
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
INTANGÍVEL	60.259,95	78.791,31
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	4.273.054.852,68	4.952.025.232,72
DEPÓSITOS	51.147.069,88	117.196.011,03
CONSIGNAÇÕES	3.011.624,79	2.085.251,58
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
RECURSOS DA UNIÃO	20.586.329,15	17.168.338,92

Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	27.549.115,94	97.942.420,53
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.221.907.782,80	4.834.829.221,69
OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.872.496,53	177.842.494,99
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
PROVISÕES	234.073.968,59	242.630.604,68
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	848.230.145,43	617.049.103,45
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	20.119.426,21	6.606.203,92
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	38.207,12	3.899,48
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.359,02	23.958,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	1.639.318,35	18.228.235,37
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.569.898,35	18.158.815,37
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.569.898,35	18.158.815,37
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.143.890,71	339.214.438,92
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
RESERVAS	102.342.888,97	92.323.612,21
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
LUCROS A DESTINAR	0,00	23.710.327,86
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.450.232,47	18.697.751,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.883.138,84)	(13.134.264,83)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.435.234,29	(5.475.292,59)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	2.327,92	88.193,88
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	2.327,92	88.193,88
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	2012	2011
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-)DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77

DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	69.521.861,52	31.510.972,51
LUCRO POR AÇÃO	37,38	16,94

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	1.223.638.914,24	175,98	1.520.987.917,36	244,72
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.237.000.179,82	177,90	1.412.640.897,96	227,29
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-13.361.265,58	-1,92	108.347.019,40	17,43
4. RETENÇÕES	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-30.969.863,60	-4,45	91.296.982,35	14,69
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Rservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Dirrtor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC/DF 005969/0-5

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a) Equivalente de Caixa: Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

b) Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

c) Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

c.1) Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

c.2) Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa

da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

e) Almojarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

l) Reconhecimento da Receita:

l.1) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

l.2) Diferimento de Receitas: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

m) Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
Total de Créditos Tributários Circulante	254.355	241.840

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de

Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Aliações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
Total – (Circulante + Não Circulante)	459.658	364.922

Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
Total – Circulante	415.358	292.646

b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
Total – Não Circulante	859	18.010

Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
Total	2.730.990	3.685.419

Em R\$ mil

a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
Total	383.032	422.825	450.418	579.507

Em RS mil

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das

seguintes ações:

- **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas: Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
Total	135.919	342.333	101.652	351.646

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
Total	140.956	422.826	121.672	579.870

Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) Reserva Legal: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) Reserva de Retenção do Lucro: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

a) Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de

acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c)aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d)estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Em R\$ mil	
	Exercícios	
	2012	2011
Repasse – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasse – Coord.-Geral de Orç. Fin./MAPA	472	0
Total de Repasses	6.084	3.218

b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

ANEXO II – Obras, Serviços e Aquisições Prioritárias para Rede Própria de Armazéns

Unidade	Discriminação das Obras, Serviços e Aquisições de Equipamentos	Valor Estimado
Campo Grande	Substituição total das telhas metálicas da cobertura do Silo Buffalo (2.000,00 m ²)	200.000,00
	Serviços de impermeabilização das lajes de cobertura de 08 (oito) silos verticais de concreto	180.000,00
	Reforma/recuperação de 02 (dois) conjuntos de secagem de cereais	400.000,00
	Aquisição de 08 (oito) roscas varredouras	80.000,00
	Licenciamento Ambiental da Unidade – Projeto	20.000,00
	Instalação de sistemas de captação de pó dos equipamentos de transporte de cereais	200.000,00
	Sub Total	1.080.000,00
Chapadão do Sul	Reforma da cobertura do armazém graneleiro	750.000,00
	Reforma de elementos de obras civis	80.000,00
	Instalação de sistemas de proteção e combate a incêndio e pânico e de proteção contra descargas atmosféricas	300.000,00
	Licenciamento Ambiental da Unidade – Projeto	20.000,00
	Instalação de sistemas de captação de pó dos equipamentos de transporte de cereais	150.000,00
	Sub Total	1.300.000,00
Dourados	Instalação de sistemas de proteção e combate a incêndio e pânico e de proteção contra descargas atmosféricas	250.000,00
	Construção de casinhola para sistema de pulverização	25.000,00
	Instalação de sistemas de captação de pó dos equipamentos de transporte de cereais	200.000,00
	Serviços de impermeabilização de paredes laterais e coberturas dos silos de armazenamento	100.000,00
	Sub Total	575.000,00
Maracajú	Instalação de sistemas de proteção e combate a incêndio e pânico e de proteção contra descargas atmosféricas	225.000,00
	Instalação de sistemas de captação de pó dos equipamentos de transporte de cereais	200.000,00
	Licenciamento Ambiental da Unidade – Projeto	20.000,00
	Substituição de redutores de acionamento dos elevadores	50.000,00
		Sub Total
Rio Brillhante	Aquisição de 10 (oito) roscas varredouras	100.000,00
	Projetos p/ instalação de sistemas de proteção e combate a incêndio e pânico e de proteção contra descargas atmosféricas (certificação)	35.000,00
	Instalação de sistemas de captação de pó dos equipamentos de transporte de cereais	200.000,00
		Sub Total
São Gabriel D'Oeste	Reforma/recuperação de 02 (dois) conjuntos de secagem de cereais	550.000,00
	Aquisição de 10 (oito) roscas varredouras	100.000,00
	Projetos p/ instalação de sistemas de proteção e combate a incêndio e pânico e de proteção contra descargas atmosféricas	35.000,00
	Instalação de sistemas de captação de pó dos equipamentos de transporte de cereais	200.000,00
	Serviços de impermeabilização de paredes laterais e coberturas dos silos de armazenamento	150.000,00
		Sub Total
Sidrolândia	Projetos p/ instalação de sistemas de proteção e combate a incêndio e pânico e de proteção contra descargas atmosféricas	35.000,00
	Reforma/recuperação de 04(quatro) silos metálicos	270.000,00
	Reforma/recuperação de 12 (doze) elevadores de cereais,	170.000,00
	Instalação de sistemas de captação de pó dos equipamentos de transporte de cereais	200.000,00
		Sub Total

Fonte: Sureg/MS

ANEXO III – Obras Realizadas na Unidades Armazenadoras

Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
		Corrente	Capital	Corrente	Capital	
Rio Brillhante	Recuperação da balança rodoviária		2.480,00			2.480,00
	Aquisição de material p/ manutenção	199,00				199,00
	Manutenção de máquinas e equipamentos	1.043,70				1.043,70
	Manutenção de elevador de secador	900,00				900,00
Sidrolândia	Serviços de manutenção na balança rodoviária		3.460,00			3.460,00
	Aquisição de material p/ manutenção	1.562,00				1.562,00
	Manutenção de máquinas e equipamentos	1.667,04				1.667,04
Chapadão do Sul	Serviço de guincho e transporte de equipamento do armazém inflável		2.925,00			2.925,00
	Aquisição de perfis metálicos p/ manutenção de máquinas		3.700,00			3.700,00
	Serviços de reforma de 5 máquinas de limpeza		7.500,00			7.500,00
	Aquisição de material elétrico p/ manutenção		878,58		21,04	899,62
	Aquisição de máquina de cortar grama (roçadeira)		1.797,00			1.797,00
	Contratação de projetos p/ reforma da cobertura do armazém graneleiro		10.588,46			10.588,46
	Aquisição de material p/ manutenção	977,50				977,50
	Manutenção de máquinas e equipamentos	3.478,00				3.478,00
Dourados	Projeto de Licença Ambiental	4.200,00				4.200,00
	Aquisição de 127,00m de correia transportadora plana		10.890,00			10.890,00
	Manutenção de determinadores de umidade	1.242,88		279,00		1.521,88
	Manutenção de máquinas e equipamentos	869,00				869,00
	Recuperação do sistema de termometria dos silos de armazenamento	2.250,00				2.250,00
Todas as Uas – MS	Aquisição de 8 bebedouros (Purificadores de água)		3.874,96			3.874,96
Campo Grande	Aquisição de peças p/ manutenção de equipamentos	1.322,13				1.322,13
	Manutenção de máquinas e equipamentos	1.231,47				1.231,47
	Aquisição de materiais para manutenção de prédios	5.368,10				5.368,10
Maracaju	Aquisição de 8 roscas varredoras p/ silo metálico		79.400,00			79.400,00
	Aquisição de peças p/ manutenção de equipamentos	3.659,05				3.659,05
	Manutenção de máquinas e equipamentos	1.458,00				1.458,00

ANEXO III – Quadro X – Obras Realizadas na Unidades Armazenadoras (continuação)

Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
		Corrente	Capital	Corrente	Capital	
São Gabriel D'Oeste	Serviços de manutenção na balança rodoviária	2.140,00				2.140,00
	Aquisição de materiais para manutenção de prédios	2.118,50				2.118,50
	Serviços de manutenção de prédios	5.300,00				5.300,00
	Aquisição de materiais p/ manutenção de máquinas	2.359,36				2.359,36
	Manutenção de determinador de umidade	604,20				604,20
Cassilândia	Aquisição de materiais p/ manutenção de máquinas	895,00				895,00
	Aquisição de materiais para manutenção de prédios	785,90				785,90
	Manutenção de máquinas e equipamentos	4.174,30				4.174,30
Totais		49.805,13	127.494,00	279,00	21,04	177.599,17
		177.299,13		300,04		

Fonte: Sureg/MS

ANEXO IV - Plano de Investimentos nas Unidades Armazenadoras

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS / DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2014			
CAMPO GRANDE – MS			
Capacidade estática: 47.900	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Intermediária	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Pavimentação		1.330.000	O4
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O4
Sistema de captação de material particulado (secador)		255.000	O4
Sistema de combate a incêndio		385.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		20.000	O1
Termometria (sensores a cada 150 m³)		30.000	O4
TOTAL		2.068.000	
MARACAJU – MS			
Capacidade estática: 19.500	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Pavimentação		80.000	O3
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)		255.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		15.000	O1
Termometria (sensores a cada 150 m³)		15.000	O4
TOTAL		413.000	
SÃO GABRIEL DO OESTE – MS			
Capacidade estática: 14.700	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Pavimentação		80.000	O3
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)		255.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		10.000	O1
Termometria (sensores a cada 150 m³)		15.000	O4
TOTAL		408.000	
TOTAL 2014		2.889.000	
LEGENDA:			
O1: Exigência no momento da vistoria			
O3: Exigência a partir de dezembro de 2013			
O4: Exigência a partir de dezembro de 2015			

ANEXO IV - Plano de Investimentos nas Unidades Armazenadoras (continuação)

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2015			
CASSILÂNDIA - MS			
Capacidade Estática: 12.600	Modalidade: Granel	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedade
Pavimentação		80.000	O3
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)		255.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		10.000	O1
Termometria (sensores a cada 150 m²)		15.000	O4
Total		408.000	
CHAPADÃO DO SUL – MS			
Capacidade Estática: 50.300	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedade
Pavimentação		180.000	O3
Recinto de Análise		50.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)		630.000	O4
Sistema de combate a incêndio		495.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		10.000	O1
Termometria (sensores a cada 150 m²)		15.000	O4
Total		1.448.000	
DOURADOS - MS			
Capacidade Estática: 20.000	Modalidade: Granel	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedade
Local para guarda de agrotóxico		35.000	O1
Pavimentação		80.000	O3
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)		255.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		15.000	O1
Termometria (sensores a cada 150 m²)		15.000	O4
Total		448.000	

RIO BRILHANTE - MS			
Capacidade Estática: 10.000	Modalidade: Granel	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedade
Pavimentação		75.000	O3
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)		255.000	O4
Sistema de combate a incêndio		225.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		10.000	O1
Termometria (sensores a cada 150 m²)		15.000	O4
TOTAL		628.000	
SIDROLÂNDIA - MS			
Capacidade Estática: 11.500	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedade
Pavimentação		75.000	O3
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)		255.000	O4
Sistema de combate a incêndio		225.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		10.000	O1
Termometria (sensores a cada 150 m²)		15.000	O4
TOTAL		628.000	
TOTAL 2015		3.560.000	
TOTAL GERAL		6.449.000	

LEGENDA:

O1: Exigência no momento da vistoria

O3: Exigência a partir de dezembro de 2013

O4: Exigência a partir de dezembro de 2015